

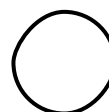
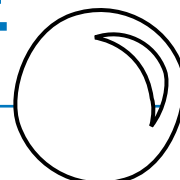
RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2011

Alliance ™
Healthcare
Tornamos a saúde mais próxima

01	■
0 ano em análise	4
02	■
0 Grupo Alliance Healthcare	10
2.1 Visão, Missão e Valores	12
2.2 Acionistas, Órgãos Sociais e Governo da Sociedade	12
03	■
Análise da atividade do Grupo	14
04	■
Performance Económico-Financeira Consolidada	20
4.1 Demonstração dos resultados	21
4.2 Balanço	24
4.3 Indicadores económico-financeiros	25
05	■
Parcerias	26
06	■
Recursos Humanos	28
07	■
Responsabilidade Social	34
08	■
Projetos futuros	38
09	■
Proposta de aplicação de resultados	40
10	■
Nota final	42
11	■
Contas Consolidadas	44
Balanços Consolidados	46
Demonstrações Consolidadas dos resultados por naturezas	47
Demonstrações Consolidadas das alterações no capital próprio	48
Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	51
12	■
Certificação Legal de Contas	84
13	■
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	88

01

O ANO EM ANÁLISE



■ *O ano de 2011 foi marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro e pelo abrandamento do crescimento da economia mundial.*

Este contexto teve como consequência o aumento das tensões nos mercados financeiros internacionais e quebra de confiança dos agentes económicos, levando também a uma deterioração do clima de sentimento económico dos consumidores.

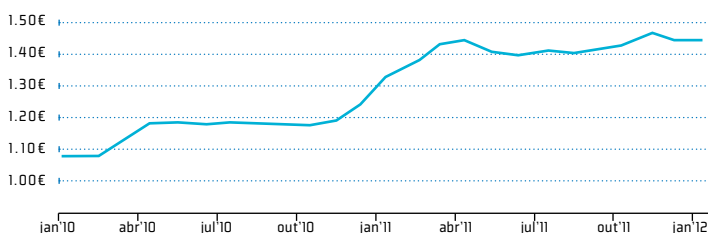
Este enquadramento externo e os desequilíbrios macroeconómicos da economia Portuguesa, que se têm vindo a traduzir numa elevada dependência de financiamento externo, contribuíram para a perda de acesso do Setor Público português a financiamento de mercado em condições regulares e para a consequente formalização de um pedido de assistência financeira à União Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, em abril de 2011. Este processo caracteriza-se por uma política orçamental restritiva e uma desalavancagem do setor privado, que já teve impacto na contração da procura interna, pública e privada.

Neste contexto de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, a economia portuguesa registou uma contração de 1,6% em 2011, com fortes quebras do investimento público e do consumo privado, mas onde as exportações registaram uma dinâmica positiva. Relativamente à evolução dos preços, a inflação homóloga na Área do Euro foi de 2,6%. As taxas de inflação apresentaram níveis elevados desde o final de 2010, impulsionadas sobretudo pelos preços dos produtos energéticos e de outras matérias-primas. Em Portugal, para o aumento generalizado dos preços, contribuiu ainda o aumento da taxa normal do IVA, de 21% para 23%, em janeiro de 2011, bem como a eliminação da taxa reduzida de IVA para a eletricidade e gás, em outubro, colocando a inflação homóloga em 3,5%. Em outubro, o nível de inflação (excluindo habitação), usado pelas Concessões como referência para a atualização das suas tarifas, foi de 4,36%. Em dezembro de 2011, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa diretora em 0,25 pontos percentuais (pp) para 1,00%, a segunda

descida do ano, recolocando-a aos níveis historicamente baixos, que vigoraram entre maio de 2009 e abril de 2011. Neste contexto, as taxas de juro de curto prazo terminaram o ano com tendência decrescente.

Devido à deterioração da situação financeira nacional e ao consequente pedido de ajuda externa, o custo da dívida soberana portuguesa agravou-se consideravelmente ao longo do ano, subindo cerca de 620 pontos base nas obrigações com maturidade a 10 anos. Portugal foi também penalizado na perceção de risco de crédito, conforme medida pelo *pricing* dos seus *Credit Default Swaps* (CDS), que atingiram níveis de 1093 pontos base no final de 2011, uma subida de 593 pontos relativamente ao início do ano.

O preço dos combustíveis apresentou ao longo de 2011 um crescimento de 21% em termos médios face a 2010 com crescimentos pronunciados no 1º trimestre de 2011.

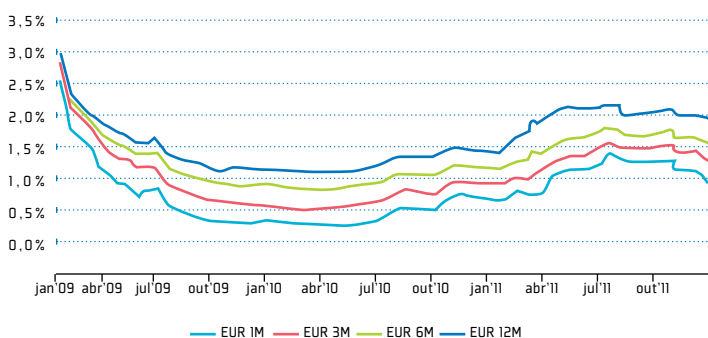


EVOLUÇÃO DO PREÇO DO GASÓLEO

Fonte: www.maisgasolina.pt

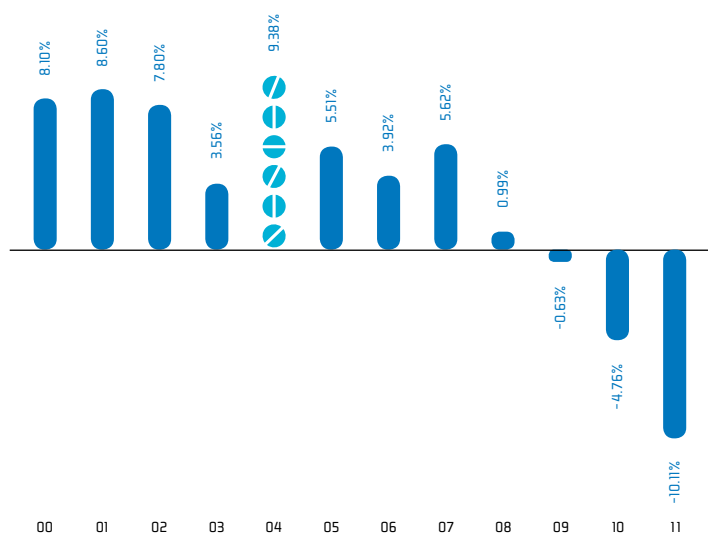
No 1º semestre de 2011, continuou-se a verificar um aumento das taxas de juro, confirmando a tendência crescente que se vinha observando desde meados de 2010. No 2º semestre as taxas de juro estabilizaram-se em níveis próximos dos que se verificaram no final do 1º trimestre de 2009.

Esta conjuntura gerou impactos muito significativos sobre o nível de emprego, tendo a taxa de desemprego atingido os 12,7% em 2011 (10,8% em 2010).



EVOLUÇÃO DAS TAXAS EURIBOR (desde 2009)

Fonte: www.euribor.org



CRESCIMENTOS HISTÓRICOS DO MERCADO FARMACÊUTICO (EM VALOR)

Fonte: IMS



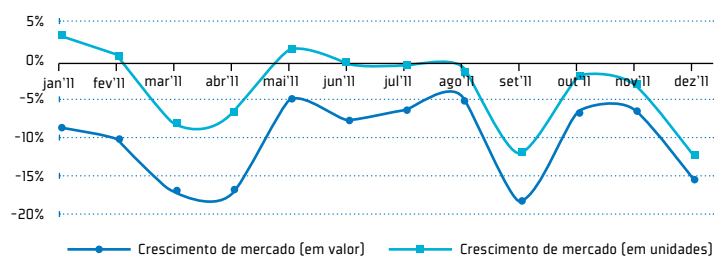
COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (EM VALOR)

Fonte: IMS



COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (EM UNIDADES)

Fonte: IMS



EVOLUÇÃO DO MERCADO FARMACÊUTICO

Fonte: IMS

MERCADO FARMACÊUTICO

O mercado farmacêutico em 2011, de acordo com dados da IMS, apresentou um decréscimo de 10,11% em valor (-4,76% em 2010) e um decréscimo de 3,40% em volume (-3,54% em 2010) tornando evidente a tendência negativa que se fazia sentir desde 2005 e, em particular, a contração que já havia sido sentida em 2009.

O crescimento da quota dos medicamentos genéricos, com menor preço que os medicamentos de marca, induzindo o decréscimo do valor de mercado, representa um dos principais contributos para a degradação do valor do mercado.

Em 2011 a quota dos medicamentos genéricos atingiu os 17,8% em valor (18,5% em 2010) e 21,1% em unidades (17,9% em 2010).

Por outro lado, o impacto das intervenções regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as comparticipações foi gerador de uma grande volatilidade no comportamento de mercado ao longo do ano, fruto da reação e adaptação dos agentes aos seus impactos.

Em termos regulamentares, destacam-se os principais diplomas:

Decreto-Lei n.º 25/2011 de 16 de junho

- Estabelece a obrigatoriedade da indicação do PVP na rotulagem dos medicamentos.

Decreto-Lei n.º 112/2011 de 29 de novembro

- Aprova o novo regime de preços dos medicamentos de uso humano sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados. Este diploma entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2012.
- Prevê ainda um novo regime de cálculo das margens de comercialização para os distribuidores por grosso de medicamentos e para as farmácias, estabelecendo também um prazo de escoamento único de 90 dias para os medicamentos que, à data da sua entrada em vigor, já se encontrassem nas instalações dos distribuidores e farmácias.

Em 2011, o mercado farmacêutico apresentou um decréscimo de 10,11% em valor e um decréscimo de 3,40% em volume. Esta variação negativa deveu-se a várias medidas legislativas de redução de preços ocorridas durante o ano de 2011.

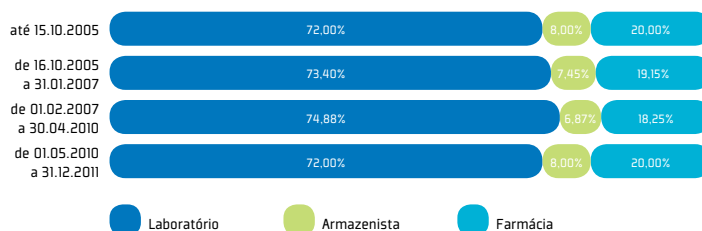
O impacto das intervenções regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as participações foi gerador de uma grande volatilidade no comportamento de mercado ao longo do ano, fruto da reação e adaptação dos diversos agentes em geral aos seus impactos, mas sempre em tendência negativa no que respeita ao seu valor.

Esta envolvente económica e regulamentar tornou evidente no setor a premência de se estabelecerem novos modelos de colaboração entre os diversos agentes, assentes na criação de valor através duma melhor e mais eficiente gestão dos circuitos logísticos e da otimização dos processos de comunicação.

O mercado da distribuição grossista e pré-grossista continuou a manter ao longo de 2011 argumentos competitivos muito focados no preço e, em particular na distribuição grossista, na proximidade.

Durante 2011 o Grupo Alliance Healthcare continuou a reforçar as competências internas ao nível das tecnologias de informação de suporte à atividade, das infraestruturas logísticas e dos recursos humanos, procurando criar novas dimensões de valor percebido pelos nossos clientes, quer ao nível da indústria farmacêutica, quer ao nível das farmácias e pontos de venda autorizados que nos permitam apresentar soluções logísticas geradoras de valor e capazes de alavancar os nossos negócios e os dos nossos parceiros para novas dimensões de colaboração e de rentabilidade.

Ao nível tecnológico, continuou-se o desenvolvimento de novas funcionalidades de comuni-



COMPOSIÇÃO DO PREÇO DOS MEDICAMENTOS (BASE: PVP SEM IVA)

Fonte: IMS

cação e interação com os nossos clientes permitindo a integração eletrónica e automática de dados, uma maior visibilidade sobre o estado das transações, a adoção de novos modelos comerciais mais simples e transparentes e a apresentação de novas soluções em resposta a necessidades específicas dos nossos clientes, por exemplo, de apoio logístico a grupos de compras.

De salientar que no final de 2011 demos início a um novo estudo de satisfação de clientes com o objetivo de medir o impacto das alterações e medidas estratégicas que a empresa tomou no sentido de melhorar o "Customer Experience" e assim garantir um serviço de excelência às farmácias.

Tirando partido da experiência do acionista Alliance Boots no lançamento e desenvolvimento de marcas próprias, procurando integrar novas dimensões de geração de valor em áreas relacionadas, continuamos a desenvolver em 2011 a gama de marcas próprias, alargando o seu âmbito e a sua profundidade que nos permitiu apresentar aos nossos clientes produtos de elevada qualidade que complementam a nossa proposta de valor.

O agudizar das dificuldades financeiras sentidas por muitos dos nossos clientes levou-nos a desenvolver e a implementar soluções integradas de gestão do envolvimento comercial e do crédito concedido de modo a mitigar os riscos de incumprimento.

Reforçamos também as parcerias com a Banca de modo a que, mediante as necessidades financeiras dos nossos clientes, possamos apresentar soluções adequadas através dum encaminhamento para entidades competentes e capazes de lhes prestar uma assistência efetiva.

Estas iniciativas foram complementadas com um envolvimento alargado dos nossos colaboradores, os quais participaram em processos de formação contínua e de revisão de métodos de trabalho com o objetivo de garantir a eficácia da sua intervenção, a qual se reflete nos indicadores de performance regularmente divulgados.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Em 2011, a Alliance Healthcare desenvolveu vários projetos na área da comunicação interna e externa. A Intranet veio aproximar ainda mais os colaboradores da Alliance Healthcare para juntos conseguirmos atingir o objetivo comum: prestar um serviço de excelência aos nossos clientes.

Por outro lado, as farmácias estão agora também mais próximas do seu armazenista podendo descobrir na revista Care', não só novidades do mercado e artigos de saúde, como também as mais recentes novidades do universo Alliance Healthcare.

Em 2011 fomos ainda mais longe no contacto com os nossos clientes, fazendo reuniões descentralizadas com farmácias em todo o país para apresentar a nossa estratégia e sobretudo ouvir os nossos clientes. O último trimestre de 2011 é marcado pelo anúncio da nova estratégia comercial da Alliance Healthcare para 2012. De uma forma transparente, a Alliance Healthcare demonstrou mais uma vez ser o parceiro ideal das farmácias portuguesas.

Para além de oferecer condições comerciais atrativas e um serviço de distribuição de excelência, a Alliance Healthcare oferece aos seus clientes soluções complementares à sua atividade com o objetivo último de trazer mais valor acrescentado ao negócio. As marcas próprias da Alliance Healthcare são exemplo disso.

§ MARCAS PRÓPRIAS ALLIANCE HEALTHCARE

As Marcas Próprias da Alliance Healthcare incluem atualmente:

- a Almus[®], marca premiada de medicamentos genéricos;
- a Boots Laboratories, detentora da gama de produtos dermocosméticos com as marcas Serum⁷ e Serum⁷ LIFT (cuidados antienvelhecimento), Solei^{SP} (proteção solar) e Optiva (cuidados de hidratação e higiene da pele);
- a Alvita[®], marca de cuidados de saúde, incluindo produtos de diagnóstico, primeiros socorros, cirúrgicos, higiene oral, bem-estar, incontinência, cuidados da pele e bebé.

O ano de 2011 foi marcado pelo importante lançamento no mercado das marcas Solei^{SP} e Optiva. A Boots Laboratories tem como objetivo ser uma marca de referência nos cuidados da pele de toda a família, pelo que tem vindo a desenvolver vários produtos de acordo com as diferentes necessidades da pele.

Neste momento a Boots Laboratories já conta com cerca de 35 referências e vendeu no último ano 57.844 em unidades e cerca de €824 milhares em valor.

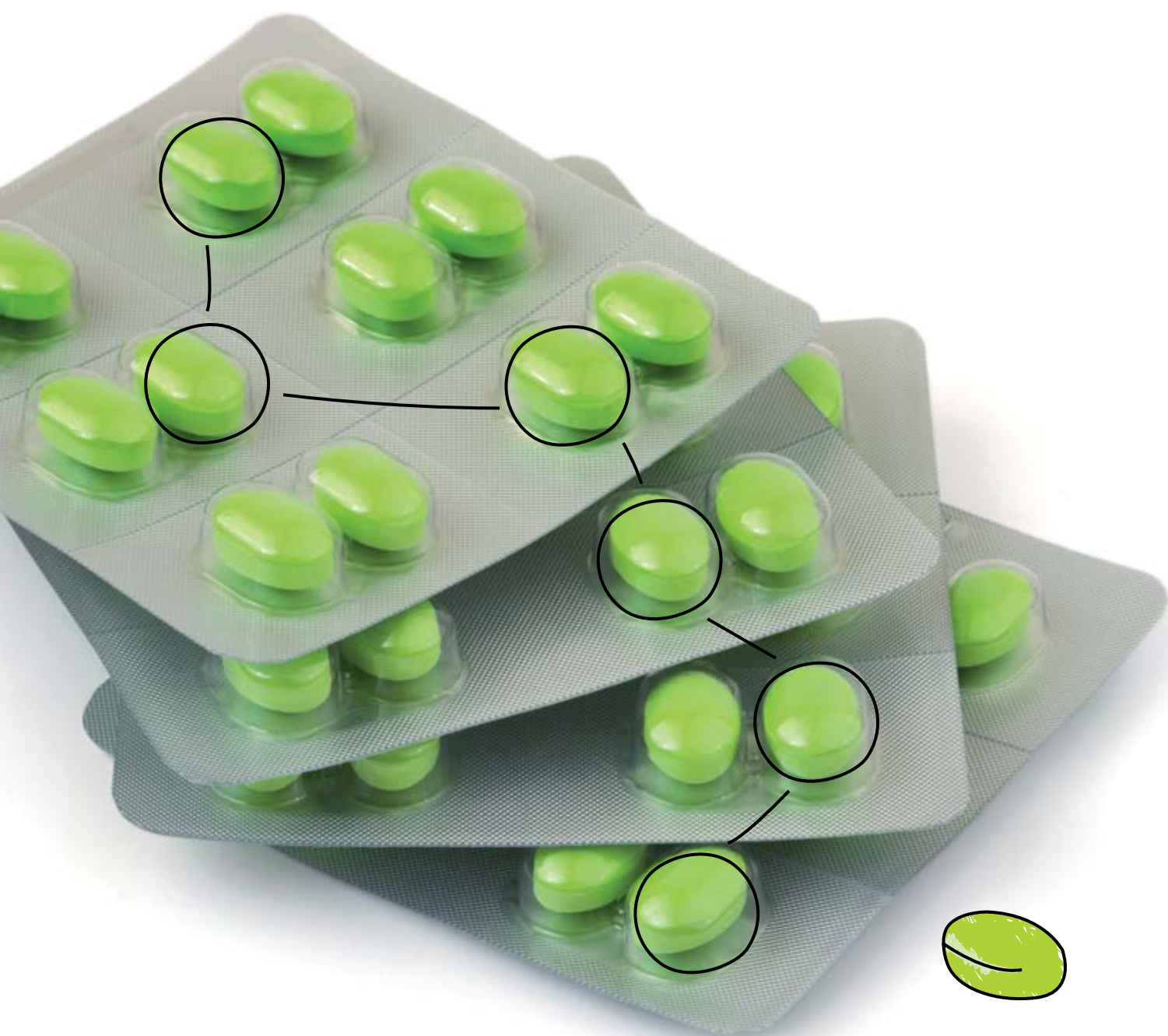
O ano de 2011 foi também um ano marcante para a Almus[®], nomeadamente pelas sucessivas alterações que o mercado de genéricos sofreu. A Almus manteve no entanto a sua posição de parceria com a farmácia, mantendo as condições comerciais atrativas e a garantia de que a Almus é uma marca feita por farmacêuticos para farmacêuticos. Com uma estratégia de preço bem definida, estando dentro dos 5 mais baratos do mercado, a Almus é sem dúvida uma excelente aposta das farmácias e pacientes. Em 2011, a Almus vendeu aproximadamente 177.000 unidades faturando €1.386 milhares.

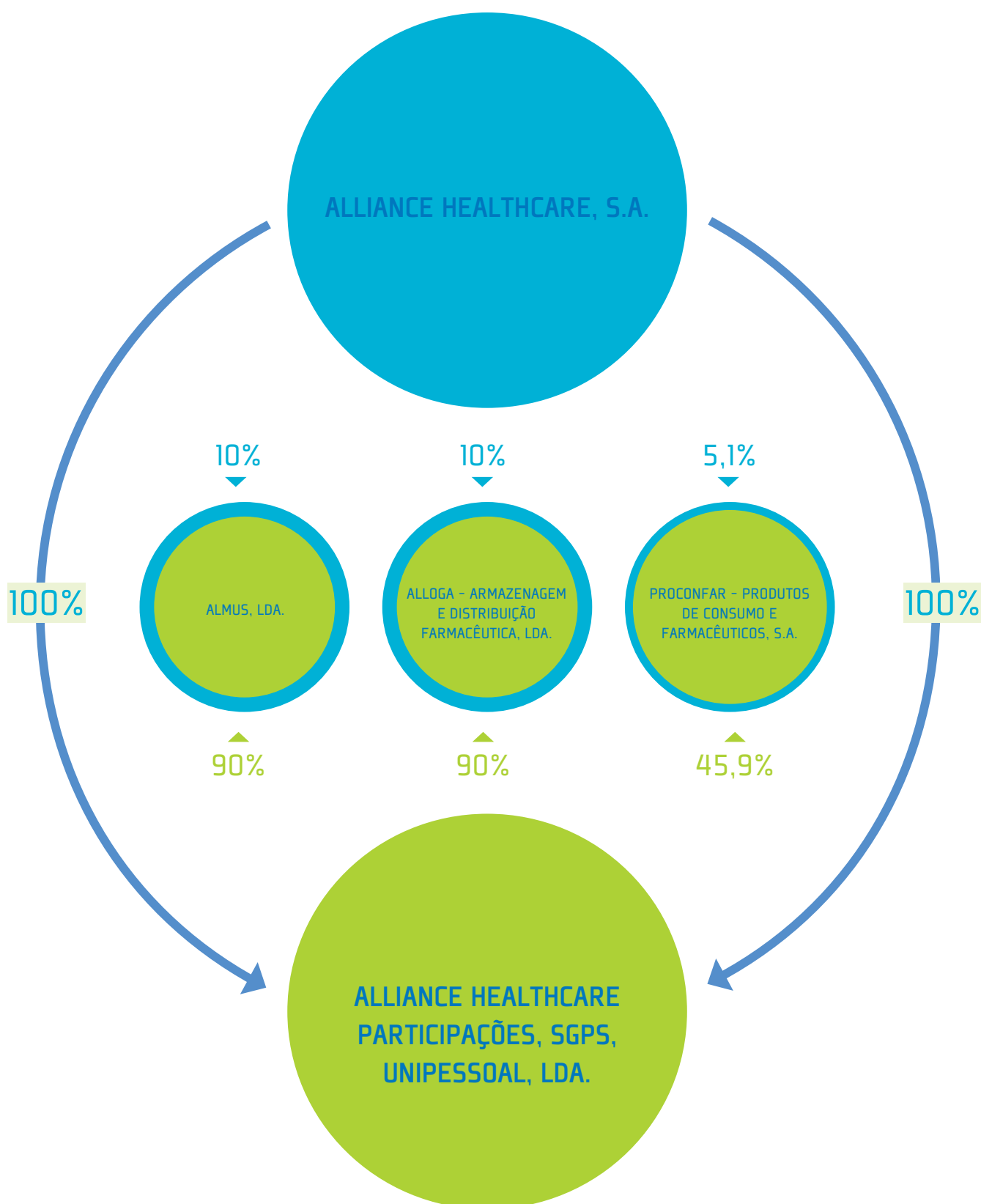
Com um posicionamento bem definido, a Alvita[®] é a opção mais económica para a farmácia – “Com a mesma qualidade, porquê pagar mais?”

Em 2011 a Alvita vendeu cerca de 646 mil unidades atingindo um volume de negócios de cerca de €688 milhares.

02

O GRUPO ALLIANCE HEALTHCARE





2.1

VISÃO, MISSÃO E VALORES

A nossa missão e valores refletem o objetivo principal da empresa: colocar os clientes no centro de tudo o que fazemos e, assim, tornarmo-nos o parceiro ideal escolhido pelas farmácias e pela indústria farmacêutica.

VISÃO

Ser uma empresa inovadora, com colaboradores motivados, orientada para o cliente, focada na criação de valor para os acionistas e com um compromisso forte para a responsabilidade social.

MISSÃO

Ser a empresa líder na Distribuição Farmacêutica em Portugal, apresentando aos nossos clientes soluções globais, inovadoras e de qualidade para a logística de produtos de saúde.

VALORES

A Alliance Healthcare tem como objetivo ser o melhor prestador de serviços e soluções de cuidados de saúde, tendo como principais valores:

- Serviço
- Parceria
- Disponibilidade
- Confiança
- Iniciativa

2.2

ACIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS
E GOVERNO DA SOCIEDADE

ACIONISTAS

A Alliance Healthcare, em Portugal, está integrada numa parceria entre a Alliance Boots, através da Alliance Boots Group Ltd., a Associação Nacional das Farmácias, através da Farminveste e José de Mello Participações II SGPS.

Alliance Boots Group Ltd.	49%
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	49%
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	2%

A Alliance Boots Group Ltd. é uma empresa do Grupo Alliance Boots, um grupo internacional, líder no mercado da distribuição de medicamentos e outros produtos de cuidados de saúde através duma vasta rede de mais de 370 armazéns espalhados por 21 países.

A Farminveste é a *holding* que integra as participações da Associação Nacional das Farmácias na área empresarial. A ANF foi fundada em outubro de 1975, a partir da estrutura do Grémio Nacional das Farmácias. Representa 97% das farmácias portuguesas e tem por missão a defesa dos interesses morais, profissionais e económicos dos proprietários de farmácia. A José de Mello Participações II, SGPS, é uma *holding* do Grupo José de Mello, um dos maiores grupos empresariais portugueses. Com uma intervenção diversificada na economia, o posicionamento competitivo do Grupo José de Mello assenta em plataformas de negócios participadas pela José de Mello, SGPS em várias áreas empresariais, desde as infraestruturas à energia, passando pela saúde.

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

João Carlos Lombo da Silva Cordeiro

Vogais:

Fernando Alberto Mesquita de Melo (CEO)

Ornella Barra

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes

Terence Joseph Scicluna

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Victor Réfega Fernandes

Secretário:

João Parreira Mesquita

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

Vogais:

João Gaspar Lopes Ribeiro

Fernando Manuel Magiolo Magarreiro

Suplente:

Luis Pereira da Silva

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

GOVERNO DA SOCIEDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração mantém o acompanhamento da gestão da sociedade através da participação dos seus membros executivos no Comité Executivo, reúne sempre que necessário para tomar decisões que dependam da sua competência exclusiva.

COMITÉ EXECUTIVO

A gestão corrente do Grupo é assegurada pelo Comité Executivo, um órgão misto, constituído por 2 administradores e 4 gestores de topo que asseguram o acompanhamento das principais áreas funcionais.

O Comité Executivo reúne mensalmente, fazendo o acompanhamento do negócio do grupo, deliberando sobre todas as matérias de gestão corrente, propondo projetos e iniciativas no âmbito do desenvolvimento do negócio e da execução estratégica e avaliando a exposição aos riscos de negócio e propondo medidas de gestão do risco. Elabora anualmente e propõe aos acionistas uma revisão do plano estratégico trianual e do orçamento para o exercício seguinte.

03

ANÁLISE DA ATIVIDADE DO GRUPO



ALLIANCE HEALTHCARE

A Alliance Healthcare desenvolve a sua atividade ao nível do comércio e distribuição de medicamentos e especialidades farmacêuticas.

	2009	2010	TX. CRESC.	2011	TX. CRESC.
Vendas e Serviços Prestados	606.034	570.180	-5,9%	483.082	-15,3%
EBITDA	19.447	14.340	-26,3%	1.119	-92,2%
% das vendas e serviços prestados	3,21%	2,51%		0,23%	
Resultado Operacional	17.542	12.492	-28,8%	-1.005	-108,0%
% das vendas e serviços prestados	2,89%	2,19%		-0,21%	
Resultado Líquido do Período	12.190	8.315	-31,8%	-1.433	-117,2%
% das vendas e serviços prestados	2,01%	1,46%		-0,30%	

EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Valores em milhares de Euros

O volume de negócios da Alliance Healthcare em 2011 foi de €483 milhões, apresentando um decréscimo de 15,3% face ao exercício anterior.

Esta tendência reflete essencialmente a contração de 10,1% do valor do mercado do medicamento, decorrente do impacto de múltiplas medidas regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as comparticipações, e da crescente penetração dos medicamentos genéricos, com menor preço, no mercado dos medicamentos.

O resultado bruto apresenta uma degradação de €5,7 milhões para os €34,5 milhões, equivalente a uma redução de 14,1% face ao exercício anterior.

Subsistiu ao longo do exercício uma forte competitividade no mercado da distribuição grossista de medicamentos, caracterizada pela prática de condições de desconto muito agressivas, atingindo níveis críticos e insustentáveis. A adoção de uma abordagem comercial prudente e a manutenção de práticas restritivas ao nível da gestão do crédito, assentes em princípios de sustentabilidade e de criação de valor na relação com os clientes acabou por ter também um reflexo, ainda que ligeiro, ao nível da degrada-

ção do volume de negócios, permitindo-nos porém preservar a rentabilidade bruta do negócio que apresentou uma melhoria de 0,1 pontos percentuais, confirmando a tendência crescente, já que em 2010 a rentabilidade bruta tinha também aumentado 0,2 pontos percentuais.

A degradação observada decorre da redução sofrida ao nível do volume de negócios, destacando-se a melhoria do nível de rentabilidade bruta em 0,10 pontos percentuais, para os 7,14% das vendas e dos serviços prestados, resultante da otimização de condições de compra de mercadorias.

Ao longo de 2011 deu-se continuidade ao processo de reforço de competências tecnológicas de apoio à atividade bem como ao reforço dos mecanismos de segurança e de salvaguarda da continuidade do negócio em caso de contingência o que, embora contribuindo para o aumento dos custos de operação, nos permitiu integrar um maior nível de robustez e fiabilidade nos nossos sistemas e consequentemente nas nossas operações.

O esforço ao nível da gestão do crédito, foi gerador de um forte incremento dos custos operacionais, sobretudo por via do maior valor das imparidades de clientes que atingiram os €7,7 milhões em 2011, mais €7,2 milhões que aqueles registados em 2010, mas também pelo recurso a serviços jurídicos, tem dado resultados positivos destacando-se a maior qualidade do crédito de clientes, designadamente pela maior cobertura por garantias reais dos casos com pagamento em prazos alargados.

A rubrica de custos operacionais apresenta um incremento de €7,8 milhões face ao ano anterior. De destacar o aumento de €7,5 milhões em imparidades e provisões, essencialmente relacionadas com o crédito a clientes. A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma redução de custos em €0,7 milhões, apesar de um maior volume de indemnizações pagas em €0,7 milhões, o que denota uma redução de €1,4 milhões nas restantes rubricas de gastos com pessoal. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, destacam-se os maiores custos inerentes à nova plataforma logística no norte do país, em €1,3 milhões e uma redução de custos gerais em €0,5 milhões.

A afetar a performance operacional encontra-se ainda o efeito negativo em €0,4 milhões da valorização das participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, muito condicionado pela performance negativa do negócio da Almus, Lda. em 2011 e pela imparidade registada relativamente ao goodwill gerado na aquisição Alloga Portugal, Lda..

As novas instalações no norte do país tiveram também um impacto negativo via aumento de depreciações em €0,5 milhões.

Fruto destas circunstâncias o resultado operacional da Alliance Healthcare apresenta-se negativo em €1,0 milhões, com um decréscimo de €13,5 milhões face ao exercício anterior, tendo a rentabilidade operacional apresentado um decréscimo de 2,40 pontos percentuais para -0,21%.

Os resultados financeiros negativos de €0,7 milhões apresentam uma evolução positiva face ao exercício anterior de €0,1 milhões. O principal contributo para a melhoria dos resultados financeiros resulta da rubrica juros e rendimentos similares obtidos que, apresentando um incremento de €1 milhão para os €2,9 milhões reflete essencialmente as compensações pagas por clientes, relativas a pagamentos faseados no âmbito de planos de recuperação de dívidas.

Merece também particular destaque o gradual aumento ao longo de 2011 dos spreads aplicados pela Banca sobre as indexantes de taxa de juro, que também sofreram aumento.

O resultado líquido do período negativo no valor de €1,4 milhões, apresenta uma degradação de €9,7 milhões face ao exercício anterior, refletindo os impactos negativos numa conjuntura

extremamente adversa, o impacto negativo das imparidades e os custos de reorganização da Alliance Healthcare.

O nível de rentabilidade das vendas e dos serviços prestados de -0,3% é de carácter pontual. Se excluirmos da análise os impactos negativos das imparidades e os custos de reorganização, o resultado líquido do exercício situar-se-ia em €4,7 milhões e teríamos uma rentabilidade bruta das vendas de 0,98% que compararia com um resultado líquido do exercício ajustado de €9,3 milhões em 2010 e uma rentabilidade bruta das vendas de 1,63%.

Apesar do decréscimo, estes níveis de rentabilidade mantêm-se ainda assim como uma referência no setor onde a generalidade dos concorrentes apresentam níveis substancialmente inferiores de rentabilidade decorrentes duma maior agressividade comercial e menor eficiência operacional.

ALLIANCE HEALTHCARE SGPS

A Alliance Healthcare SGPS dedica-se exclusivamente à gestão das participações no âmbito do Grupo Alliance Healthcare.

O resultado negativo de €0,5 milhões relevado em 2011 decorre da valorização das participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, muito condicionado pela performance negativa do negócio da Almus, Lda. em 2011.

Da sua atividade em 2011 não resultam quaisquer factos dignos de registo.

ALLOGA

A Alloga presta serviços logísticos de armazenagem, preparação e expedição de encomendas, complementados por outras atividades de valor acrescentado, nomeadamente de reetiquetagem, de gestão de material promocional e de controlo de crédito e cobrança.

	2009	2010	TX. CRESC.	2011	TX. CRESC.
Vendas e Serviços Prestados	44.802	32.799	-26,8%	24.788	-24,4%
EBITDA	763	1.026	34,5%	943	-8,1%
% das vendas e serviços prestados	1,70%	3,13%		3,80%	
Resultado Operacional	514	724	40,9%	627	-13,4%
% das vendas e serviços prestados	1,15%	2,21%		2,53%	
Resultado Líquido do Período	220	708	221,8%	293	-58,6%
% das vendas e serviços prestados	0,49%	2,16%		1,18%	

EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Valores em milhares de Euros

Neste exercício, o seu volume de negócios foi de €24,8 milhões, apresentando um decréscimo de €8 milhões face ao exercício anterior, acompanhando a redução generalizado do mercado. O seu resultado bruto apresentou um decréscimo de 12,9% relativamente ao exercício anterior tendo atingido os €4,7 milhões em 2011, menos €0,7 milhões que em 2010.

Em termos operacionais, para além do foco sobre a manutenção duma consistente qualidade do nível de serviço prestado, continuou-se a apostar num conjunto de iniciativas que, suportadas por desenvolvimentos tecnológicos sobre os sistemas de informação, permitiram disponibilizar aos nossos clientes, em tempo real, um conjunto de informações úteis sobre os nossos serviços.

Através da manutenção duma estrutura operacional eficiente com custos controlados, o resultado operacional da Alloga apenas decresceu €0,1 milhões face a 2010, tendo atingido os €0,6 milhões.

Fruto da pressão ao nível das taxas de juro e dos respetivos spreads, os resultados financeiros degradaram-se 32%, tendo um impacto direto no resultado líquido que se cifrou em €0,3 milhões.

ALMUS

A ALMUS surgiu em 2008 tendo como objetivo complementar a oferta do Grupo Alliance Healthcare no âmbito da distribuição de medicamentos genéricos através da utilização dum conceito de embalagem inovador, orientado para facilitar a dispensa e a identificação do medicamento, e de grande sucesso noutros mercados europeus.

	2009	2010	TX. CRESC.	2011	TX. CRESC.
Vendas e Serviços Prestados	263	687	161,2%	747	8,7%
EBITDA	54	-1.171	-2268,5%	-1.156	-1,3%
% das vendas e serviços prestados	20,53%	-170,45%		-154,75%	
Resultado Operacional	47	-1.180	-2610,6%	-1.165	-1,3%
% das vendas e serviços prestados	17,87%	-171,76%		-155,96%	
Resultado Líquido do Período	36	-1.203	-3441,7%	-841	-30,1%
% das vendas e serviços prestados	13,69%	-175,11%		-112,58%	

EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Valores em milhares de Euros

O ano de 2011 foi ainda um ano de início gradual de vendas dos medicamentos da ALMUS, com um volume de negócios ainda muito contido de €747 mil, apesar de uma maior recetividade por parte do mercado.

O exercício de 2011, fruto das múltiplas reduções de preços de natureza regulamentar e do efeito das reduções voluntárias de preços induzidas pela retirada da informação de PVP das embalagens e da indexação da comparticipação aos cinco medicamentos com menores preços de venda ao público, foi marcado por perdas muito substanciais daí decorrentes.

A desvalorização dos stocks existentes no canal de distribuição, ao nível dos grossistas e das farmácias gerou uma perda de €0,3 milhões. Por outro lado, a grande competitividade vigente no mercado da comercialização de medicamentos genéricos leva-nos a antecipar perdas futuras face ao preço de custo de algumas moléculas em stock na ordem dos €0,2 milhões. Neste exercício, também se verificou o abate de mercadoria por incineração na ordem dos €0,5 milhões. Todos estes fatores contribuíram para a performance negativa do resultado líquido do período.

PROCONFAR

A Proconfar presta serviços de agenciamento e distribuição de medicamentos e outras especialidades farmacêuticas, bem como de algumas gamas de artigos de grande consumo, atuando nas ilhas do Grupo Ocidental da Região Autónoma dos Açores.

	2009	2010	TX. CRESC.	2011	TX. CRESC.
Vendas e Serviços Prestados	39.094	39.182	0,2%	38.516	-1,7%
EBITDA	2.101	1.838	-12,5%	876	-52,3%
% das vendas e serviços prestados	5,37%	4,69%		2,27%	
Resultado Operacional	2.022	1.762	-12,9%	670	-62,0%
% das vendas e serviços prestados	5,17%	4,50%		1,74%	
Resultado Líquido do Período	1.551	1.351	-12,9%	256	-81,1%
% das vendas e serviços prestados	3,97%	3,45%		0,66%	

EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Valores em milhares de Euros

Com um volume de negócios de €38,5 milhões, a Proconfar apresenta um decrescimento de 1,7% face ao exercício anterior.

A envolvente adversa para a Indústria Farmacêutica foi geradora de impactos negativos para a Proconfar, designadamente através da redução das comissões de agenciamento, cujo impacto se fez sentir ao nível das margens de comercialização, sendo a principal condicionante da degradação da rentabilidade bruta da empresa que, com um resultado de €3,3 milhões, em 2011 apresenta um decréscimo de €0,5 milhões, equivalente a uma redução de 12,1% face a 2010.

Ao nível dos custos operacionais, destaca-se em particular os custos decorrentes do processo de reestruturação que a empresa iniciou em 2011, que ascenderam a €0,3 milhões.

O resultado líquido de €0,3 milhões apresenta uma redução de 81,1% face ao exercício anterior, refletindo a degradação sofrida ao nível da rentabilidade bruta do negócio farmacêutico, mas também todo o processo de investimentos realizados neste exercício nas novas instalações, o processo de reestruturação interno e a conjuntura financeira adversa que originou custos financeiros muito mais elevados que em exercícios anteriores.

No 1.º trimestre de 2011 concretizou-se a transferência de instalações para a nova plataforma no Pico D'Água Parque, assim como foram implementados novos sistemas de informação, quer ao nível operacional com o Millennium, quer ao nível administrativo e financeiro com o SAP. Estas alterações permitiram aumentar a produtividade da empresa, conferindo-lhe também argumentos únicos no âmbito da sua relação com as farmácias, nomeadamente a introdução da plataforma B2B, e com a indústria farmacêutica, dotando-a de capacidade logística adicional, para dum modo sustentado, aumentar o seu volume de negócios.

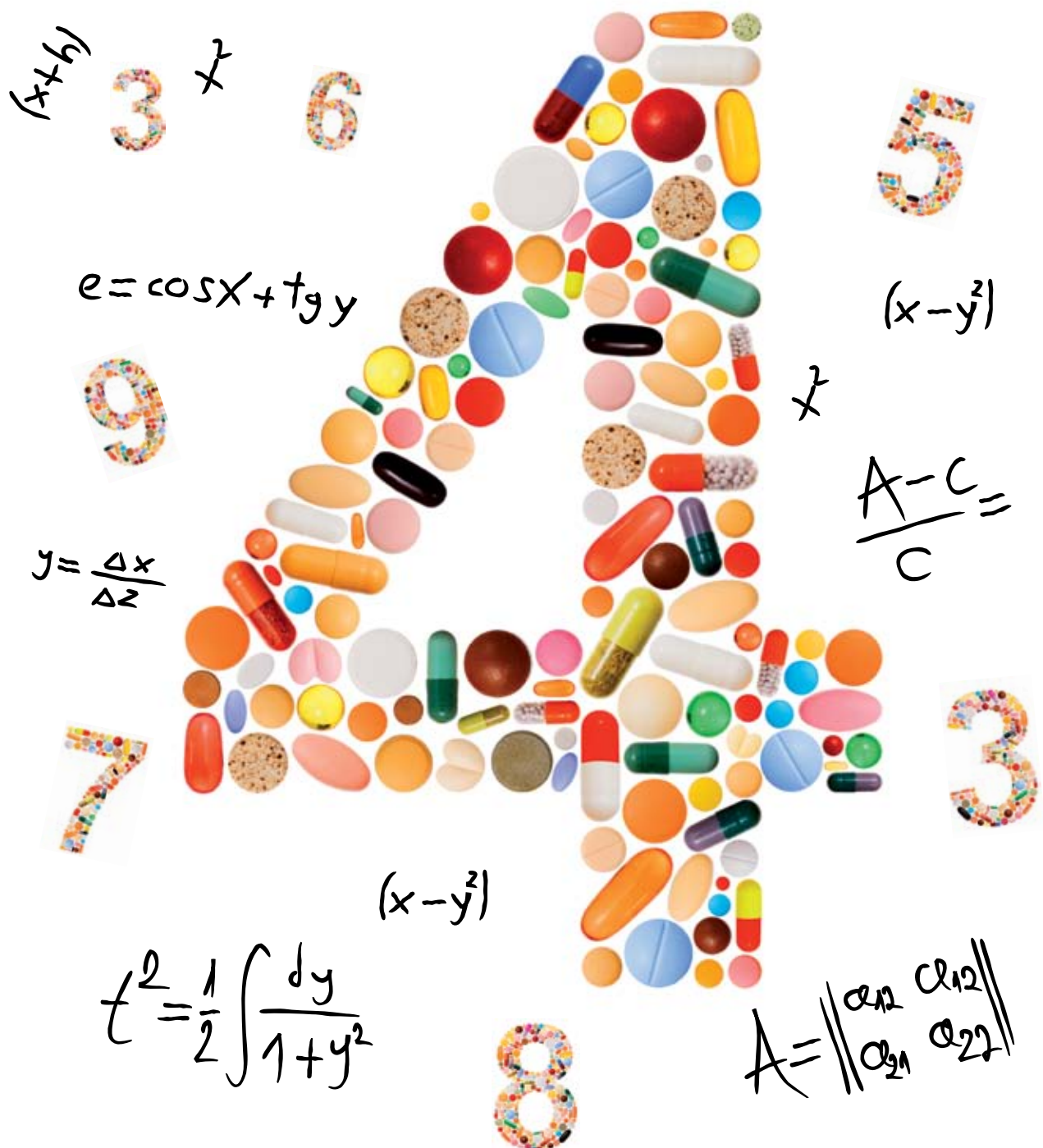
Procedeu-se à reorganização e otimização das rotas de distribuição, procurando encontrar o equilíbrio entre uma prestação de serviço de excelência e o respetivo custo. Foi igualmente desenvolvido um ambicioso processo de reestruturação ao nível de recursos humanos, com o objetivo de adequar os recursos à realidade atual do negócio.

Em termos comerciais, 2011 ficou marcado pela alteração da política comercial no canal farmácia, privilegiando-se a venda direta às farmácias em detrimento da venda a armazenistas locais, esta alteração levou a aumentar a base de clientes regulares no canal farmácia em S. Miguel e Santa Maria de 13 para 23 das 25 farmácias existentes. Foi desenvolvido igualmente um plano de alargamento da base de clientes nas restantes ilhas com especial incidência na Ilha Terceira.

Por outro lado, o impacto causado pelo incumprimento no prazo de pagamento dos Hospitais e Centros de Saúde dos Açores e a retração no consumo, com reflexos evidentes ao nível do Mass Market, penalizaram fortemente a atividade.

A excelência do serviço prestado pela Proconfar e a relação de proximidade com os seus clientes, permitiu ainda integrar, ao longo de 2011, novos contratos com importantes laboratórios, destacando-se nomes como a Ratiopharm; Generis, Azevedos, Tecnimede, Farmoz, Pentafarma entre outros.

04

PERFORMANCE ECONÓMICO-
-FINANCEIRA CONSOLIDADA

4.1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2010	2011	TX. CRESC.
Vendas	620.859	523.823	-15,6%
Serviços prestados	7.697	7.246	-5,9%
Vendas e serviços prestados	628.556	531.069	-15,5%
Custos das mercadorias vendidas	-580.065	-489.606	-15,6%
Resultado bruto	48.491	41.463	-14,5%
% das vendas e serv. prestados	7,71%	7,81%	
Fornecimentos e serviços externos	-15.025	-15.560	3,6%
Gastos com o pessoal	-14.884	-14.127	-5,1%
Outros rendimentos e ganhos	177	691	290,4%
Outros gastos e perdas	-592	-1.339	126,2%
Imparidades e provisões	-2.286	-8.660	278,8%
EBITDA	15.881	2.468	-84,5%
% das vendas e serv. prestados	2,53%	0,46%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2.168	-2.831	30,6%
Imparidade de investimentos	-73	170	-332,9%
Resultado operacional	13.640	-193	-101,4%
% das vendas e serv. prestados	2,17%	-0,04%	
Juros e rendimentos similares obtidos	1.853	2.884	55,6%
Juros e gastos similares suportados	-2.924	-4.027	37,7%
Resultados financeiros	-1.071	-1.143	6,7%
Resultado antes de impostos	12.569	-1.336	-110,6%
% das vendas e serv. prestados	2,00%	-0,25%	
Imposto sobre o rendimento do exercício	-3.574	229	-106,4%
Resultado líquido (antes de int. minoritários)	8.995	-1.107	-112,3%
% das vendas e serv. prestados	1,43%	-0,21%	
Interesses minoritários	-645	-286	-55,7%
Resultado líquido (após int. minoritários)	8.350	-1.393	-116,7%
% das vendas e serv. prestados	1,33%	-0,26%	

Valores em milhares de Euros

VOLUME DE NEGÓCIOS

	2009	2010	TX. CRESC.	2011	TX. CRESC.
Vendas e Serviços Prestados	676.255	628.556	-7,1%	531.069	-15,5%
EBITDA	21.203	15.881	-25,1%	2.468	-84,5%
% das vendas e serviços prestados	3,14%	2,53%		0,46%	
Resultado Operacional	18.956	13.640	-28,0%	-193	-101,4%
% das vendas e serviços prestados	2,80%	2,17%		-0,04%	
Resultado Líquido do Período	12.858	8.995	-30,0%	-1.107	-112,3%
% das vendas e serviços prestados	1,90%	1,43%		-0,21%	

EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Valores em milhares de Euros

O volume de negócios consolidado do Grupo Alliance Healthcare em 2011 atingiu os €531 milhões, apresentando um decréscimo de 15,5% face ao exercício anterior, refletindo essencialmente a degradação das vendas decorrente da contração do mercado farmacêutico em 10,1%, fruto de medidas regulamentares com forte impacto sobre o preço dos medicamentos, nomeadamente através da revisão administrativa de preços, da redução de preços induzida pelo crescimento da quota de mercado dos medicamentos genéricos e da forte competitividade instalada entre a indústria por via dos preços, muito dinamizada pelos processos de comparticipação.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apresenta uma degradação de €7,0 milhões para os €41,5 milhões, equivalente a uma redução de 14,5% face ao exercício anterior, fortemente condicionada pela contração do preço dos medicamentos e pela manutenção de uma abordagem comercial prudente e de práticas restritivas ao nível da gestão do crédito, assentes em princípios de sustentabilidade e de criação de valor na relação com os clientes.

Apesar de se ter mantido ao longo do exercício uma forte competitividade no mercado da distribuição grossista de medicamentos, caracterizada pela prática de condições de desconto muito agressivas, atingindo níveis críticos e insustentáveis, foi preservada a rentabilidade bruta do negócio que apresentou

uma melhoria de 0,1 pontos percentuais, confirmando a tendência crescente conseguida em 2010 com um aumento da rentabilidade bruta em 0,41 pontos percentuais.

RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional negativo em €0,2 milhões, apresenta um decréscimo de €13,8 milhões face a 2010, condicionado pela degradação do resultado bruto em €7,0 milhões e por custos no valor de €8,9 inerentes a factos de natureza excecional que importa relevar.

Indemnizações	-2.468 k€
Revisão amortização edifício Lisboa	-252 k€
Reforço de provisões para clientes de cobrança duvidosa	-6.200 k€
	-8.920 k€

Os contributos mais relevantes para esta evolução são o menor resultado bruto em €7,0 milhões, os maiores custos pontuais de reorganização em €1,2 milhões comparativamente com o ano anterior, a rubrica de imparidades

e provisões que integra o impacto das maiores imparidades de clientes no valor de €8,0 milhões, as novas instalações no norte do país que tiveram também um impacto negativo via aumento de depreciações em €0,5 milhões em parte compensado pela menor imparidade em €0,9 milhões relativa aos efeitos sobre o goodwill na Alloga Portugal, Lda., comparativamente com aquela relevada em 2010.

A rubrica de custos operacionais apresenta um incremento de €6,8 milhões face ao exercício anterior.

De destacar o aumento de €6,4 milhões em imparidades e provisões, essencialmente relacionadas com o crédito a clientes, constituídas para cobrir os riscos decorrentes da tendência observada ao longo deste exercício para o aumento do potencial de incumprimento, pese embora a inexistência de perdas efetivas de valor relevante.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma redução de custos em €0,8 milhões, apesar de um maior volume de indemnizações pagas em €0,9 milhões, o que denota uma redução de €1,7 milhões nas restantes rubricas de gastos com pessoal.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, destacam-se os maiores custos inerentes à nova plataforma logística no norte do país em €1,3 milhões e uma redução de custos gerais em €0,5 milhões.

O aumento de depreciações em €0,5 milhões decorre das novas instalações no norte do país, cuja exploração se iniciou em outubro de 2010.

Expurgando os efeitos acima referidos, a redução dos custos operacionais de natureza corrente em €1,2 milhões no exercício de 2011, decorreu do desenvolvimento de um ambicioso programa de redução de custos e incremento da eficiência operacional, com o objetivo de mitigar os efeitos da perda de rendibilidade bruta que, para além duma abordagem transversal a todos

os custos de operação, permitiu reduzir em 40 o número de colaboradores afetos ao negócio.

O projeto de reorganização da distribuição, no decurso da implementação da tecnologia de gestão de rotas e distribuição, permitiu assegurar o “*track and trace*” da distribuição de encomendas dos clientes em tempo real e lançar um projeto de otimização de rotas de distribuição com o objetivo de garantir a sua eficiência e o cumprimento dos tempos de entrega acordados com os clientes, e reformular o modelo de distribuição, subcontratando o serviço e reduzindo o número médio de distribuições diárias.

Por outro lado foram lançadas diversas iniciativas com impacto sobre a eficiência da organização e a otimização do serviço prestado aos clientes, designadamente:

- Lançamento e Implementação do Processo de Melhoria Contínua;
- Melhoramento da organização da Equipa Comercial;
- Focus no Cliente e Melhoria da Qualidade de Serviço;
- Adoção da Norma *Investors in People*.

De modo a melhor alinhar a organização com as necessidades dos seus clientes, no final de 2011 iniciou-se um novo estudo de satisfação de clientes com o objetivo de medir o impacto das alterações e medidas estratégicas implementadas, no sentido de melhorar o nível de “*Customer Experience*” e assim garantir um serviço de excelência às farmácias.

Destas iniciativas resultou uma redução global de custos, que continuará a ter impacto também durante o ano 2012.

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados negativos de €1,1 milhões estão ao mesmo nível do valor verificado no exercício anterior.

De salientar que a rubrica de juros e rendimentos similares obtidos apresenta uma melhoria de €1 milhão fruto das maiores compensações pagas por clientes, relativas a pagamentos faseados no âmbito de planos de recuperação de dívidas. No entanto essa melhoria foi absorvida pelo aumento dos custos na rubrica de juros suportados devido ao aumento das taxas de juro e aos spreads aplicados pela Banca sobre as indexantes de taxa de juro.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido do período (antes de interesses minoritários) negativo no valor de €1,1 milhões, apresenta uma degradação de €10,1 milhões face ao exercício anterior, refletindo os impactos negativos numa conjuntura extremamente adversa, o impacto negativo das imparidades e os custos de reorganização do Grupo Alliance Healthcare.

O nível de rentabilidade líquida das vendas e dos serviços prestados foi de -0,21% estando no entanto afetada por impactos de carácter pontual. Excluindo os impactos negativos das imparidades e os custos de reorganização, o resultado líquido do exercício situar-se-ia em €5,3 milhões e a rentabilidade bruta

das vendas seria de 0,99%, que compararia com um resultado líquido do exercício ajustado de €10,0 milhões em 2010 e uma rentabilidade bruta das vendas de 1,59%, decorrendo tal redução essencialmente do efeito da perda de valor do mercado.

O nível de rentabilidade das vendas e dos serviços prestados mantém-se ainda assim como uma referência no setor onde a generalidade dos concorrentes apresentam níveis substancialmente inferiores de rentabilidade, decorrentes numa maior agressividade comercial e menor eficiência operacional.

4.2

BALANÇO

ATIVO

O ativo líquido consolidado de €219,2 milhões, apresenta uma redução face ao exercício anterior de €41,0 milhões de euros.

Para esta variação contribuiu a redução das dívidas correntes de clientes em €22,0 milhões e a redução de stocks em €7,9 milhões, sobretudo devido à redução do volume de negócios e à redução em 2 dias dos prazos médios de recebimento. A rubrica de caixa e depósitos bancários apresenta também uma redução de €7,6 milhões.

Relativamente à redução em €7,9 milhões que se observa na rubrica de inventários, esta resulta sobretudo de um controlo rigoroso dos stocks e da redução do volume de devoluções de mercadorias fruto dos processos de alteração de preços que ocorreram em 2010, em particular no último trimestre, e que tiveram efeitos muito negativos ao nível do incremento do valor de existências em armazém no final desse exercício.

CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio apresenta um decréscimo de €7,7 milhões face a 2010 decorrente do pagamento de dividendos aos acionistas de €6,6 milhões relativos ao exercício de 2010 e da geração dum resultado líquido do exercício de 2011 negativo de €1,1 milhões.

Os interesses minoritários no valor de €3,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 correspondem à participação minoritária de 49% de cinco outros acionistas no capital da Proconfar.

PASSIVO

O passivo total no valor de €137,7 milhões apresenta um decréscimo face ao exercício anterior de €33,3 milhões.

A principal origem desta variação é a redução das dívidas correntes a fornecedores em €15,5 milhões, decorrente do menor volume de compras por via do menor volume de negócios e da antecipação em 3 dias dos prazos médios de pagamento de modo a integrar melhores condições comerciais na compra de mercadoria. De salientar também a redução de €5,0 milhões em financiamentos obtidos correntes que se traduziu numa redução do *debt-to-equity ratio* de 1,01 para 0,91.

Ao nível do passivo não corrente verificou-se a redução em €10,8 milhões dos financiamentos obtidos, fruto da sua amortização de acordo com os planos estabelecidos.

4.3

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A forte pressão sobre a rentabilidade dos negócios, decorrente do ambiente muito desfavorável que se fez sentir ao longo de 2012, está patente na evolução dos principais indicadores de rentabilidade que, apresentaram uma forte degradação face a 2010.

Mantém-se no entanto o nível de rotação do ativo, que estando em linha com o valor verificado no exercício anterior, denota uma relativa estabilidade.

O aumento de apenas 1 dia no tempo médio de existências comprova todo o esforço que se fez ao longo do ano para controlar os níveis de stock e reduzi-los proporcionalmente à redução das vendas.

A recuperação de 2 dias no prazo médio de recebimento resulta duma abordagem consistente ao longo de 2011 que permitiu gerir eficazmente o maior risco do crédito de clientes. Destaca-se a abordagem feita a clientes com maior nível de endividamento, relativamente aos quais foram estabelecidos planos específicos de regularização de dívida, sustentados por garantias específicas prestadas a favor do Grupo Alliance Healthcare.

O tempo médio de pagamentos reduziu-se em 3 dias por via do aproveitamento de condições comerciais mais vantajosas para pagamentos em prazos mais curtos.

A cobertura do passivo corrente continua a ser assegurada na íntegra por ativo corrente, situando-se o indicador da liquidez geral em 1,39.

O equilíbrio das massas patrimoniais permanece estável, tendo sido reforçado face ao exercício anterior, sendo de destacar a robustez dos indicadores de autonomia e independência financeira por comparação com os dados históricos do setor. De realçar também um debt-to-equity ratio inferior a 1 que traduz capacidade que o Grupo tem de cobrir o seu passivo remunerado através dos seus capitais próprios.

	2009	2010	2011
Indicadores de Rentabilidade			
Rentabilidade das Vendas	1,92%	1,45%	-0,21%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	14,34%	10,08%	-1,36%
Rentabilidade do Ativo	4,82%	3,46%	-0,51%

Rentabilidade das Vendas = Lucro Líquido / Vendas

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Lucro Líquido / Capitais Próprios

Rentabilidade do Ativo = Lucro Líquido / Ativo

	2009	2010	2011
Indicadores de Atividade			
Rotação do Ativo	2,51	2,39	2,39
Tempo Médio de Existências	26	32	33
Tempo Médio de Recebimento	90	89	87
Tempo Médio de Pagamento	40	38	35

Rotação do Ativo = Vendas Anuais / Ativo

Tempo Médio de Existências = Existências / Compras x 365

Tempo Médio de Recebimento = [Saldo Clientes + Outros ativos Fin.] / (Vendas + Prest. de Serviços) com IVA x 365

Tempo Médio de Pagamento = Saldo Fornecedores / (Compras + FSE) com IVA x 365

	2009	2010	2011
Indicadores de Liquidez			
Liquidez Geral	1,60	1,44	1,39
Liquidez Reduzida	1,27	1,06	1,01

Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente

Liquidez Reduzida = (Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente

	2009	2010	2011
Indicadores de Endividamento			
Autonomia Financeira	33,59%	34,28%	37,18%
Independência Financeira	50,58%	52,16%	59,18%
Debt-to Equity Ratio	0,97	1,01	0,91

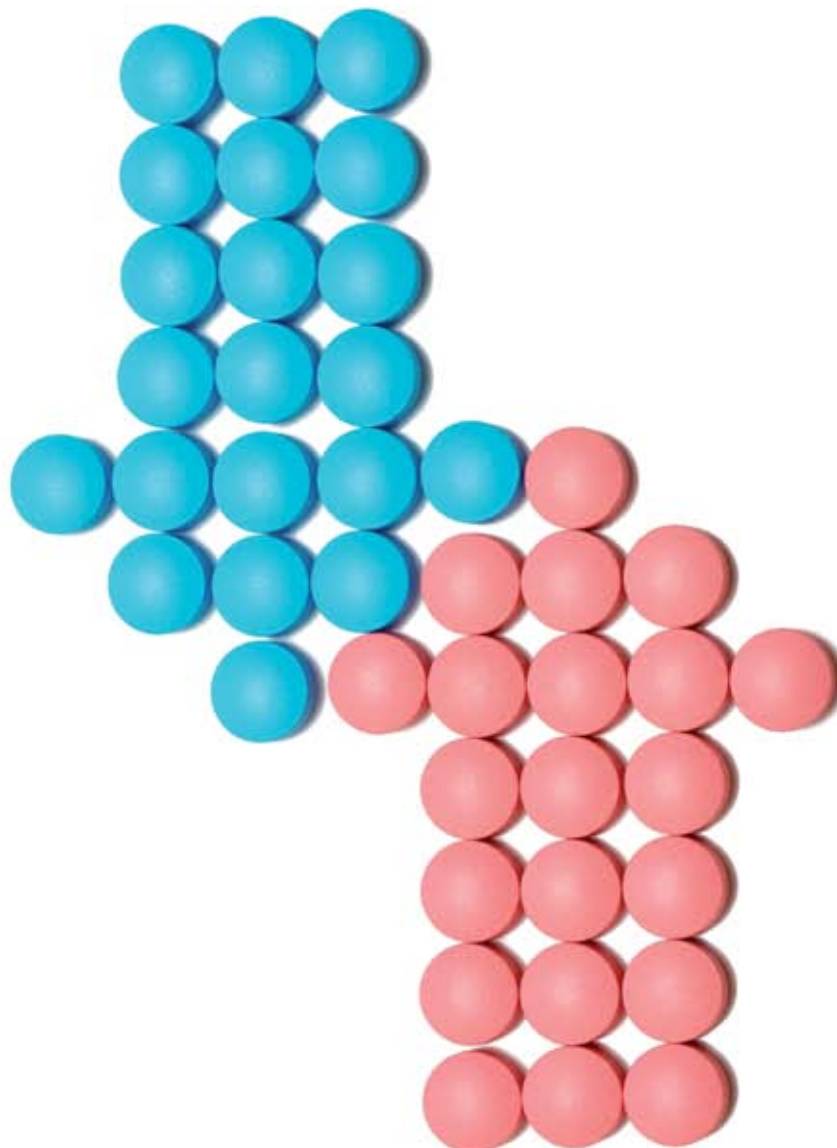
Autonomia Financeira = Capitais Próprios / Ativo

Independência Financeira = Capitais Próprios / Passivo

Debt-to Equity Ratio = Passivo Remunerado / Capitais Próprios

05

PARCERIAS



■ *A parceria é um dos valores que constituem o nosso ADN e promovemos permanentemente o desenvolvimento de iniciativas conjuntas com os nossos parceiros de negócio e outros stakeholders que sejam geradoras de valor.*

Ao longo de 2011, mantivemos diversas iniciativas das quais destacamos:

AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA FARMACÊUTICOS E QUADROS DE FARMÁCIA

Em colaboração com 14 laboratórios farmacêuticos, realizamos ao longo de 2010, 60 ações de formação que contaram com a presença de 5.707 participantes em representação de 2.031 farmácias.

AÇÕES COMERCIAIS EM ÉPOCAS FESTIVAS

Em parceria com a Actavis levamos a cabo iniciativas temáticas dirigidas às farmácias na Páscoa.

PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA NO ENSINO DE FARMÁCIA

Atribuímos o prémio Alliance Healthcare, no valor de €1.000 ao melhor aluno do Mestrado Integrado de Ciências Farmacêuticas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

CONGRESSOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

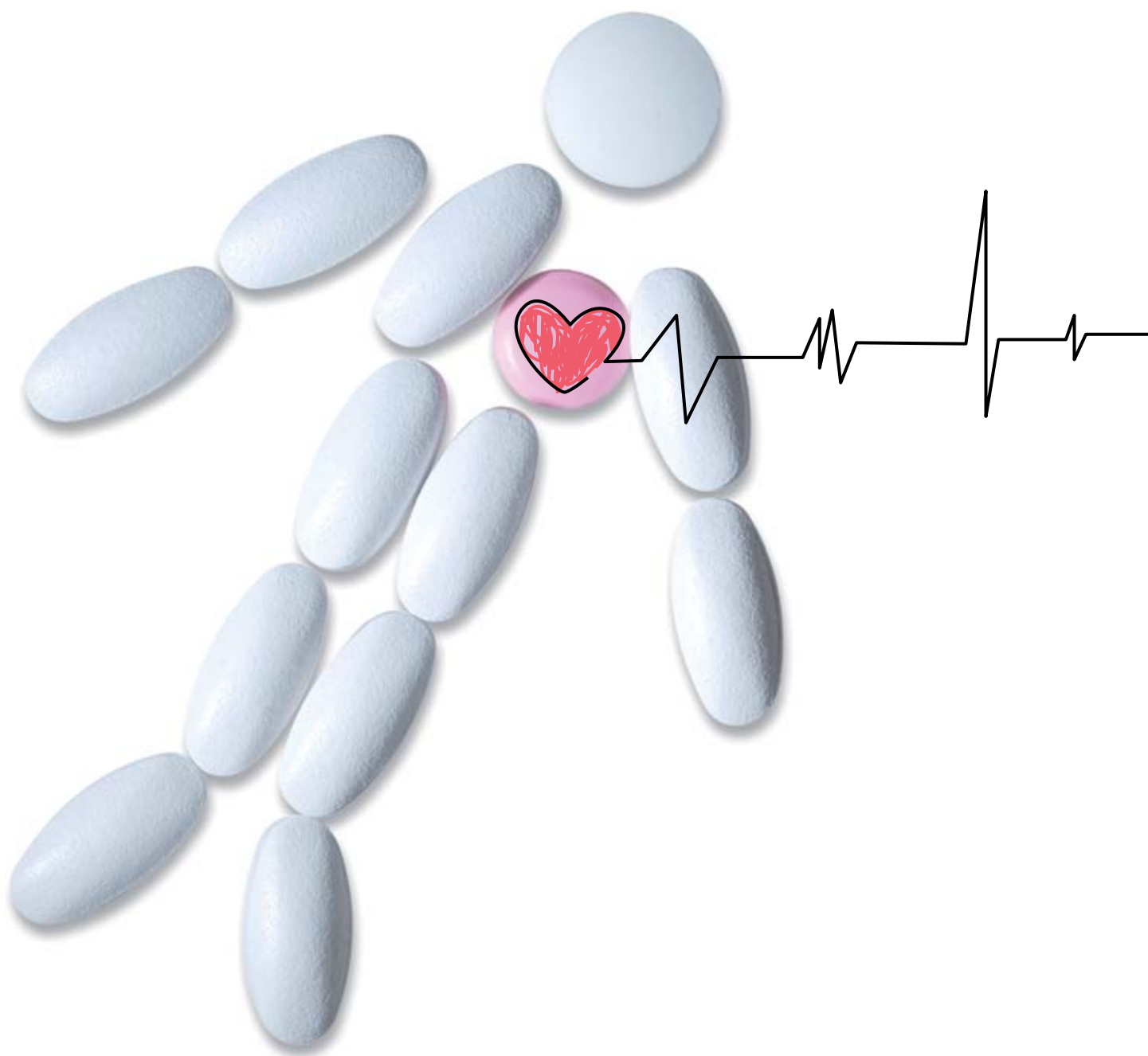
Patrocinamos diversos congressos sobre temáticas da saúde e promovemos a participação de quadros da Alliance Healthcare como oradores em diversas apresentações orientadas para estudantes de farmácia, bem como diversas visitas de estudo destes últimos às instalações da Alliance Healthcare.

PROTOCOLOS PARA COLABORADORES

Foram renovados e celebrados novos protocolos com parceiros de negócio do Grupo destinados aos nossos colaboradores e que lhes conferem vantagens em diversas áreas, designadamente na Banca; Transportes; Equipamento informático; Automóveis e Hotéis.

06

RECURSOS HUMANOS



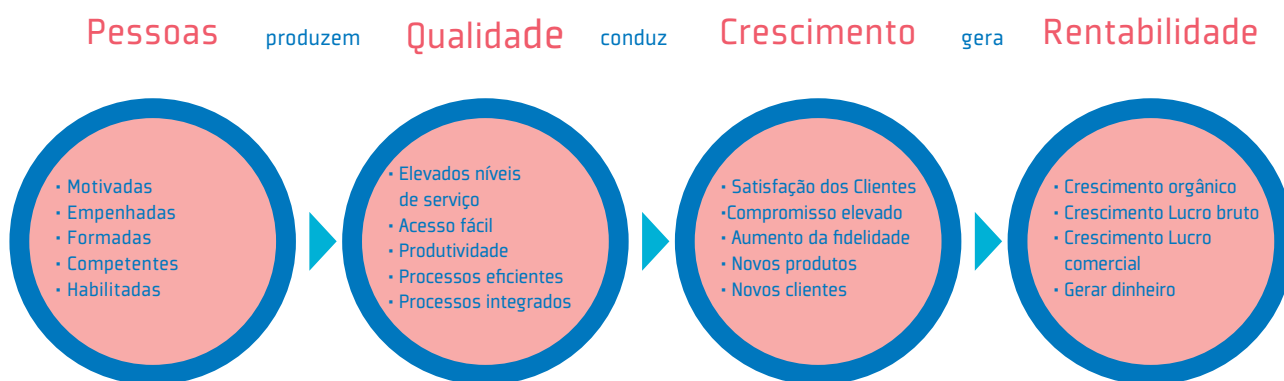
■ *As Pessoas são o nosso trunfo mais importante. Recrutamos e desenvolvemos os nossos recursos humanos com o objetivo de proporcionar serviços diferenciados e adaptados aos nossos clientes. Trabalhamos com as nossas equipas de gestão para criar um ambiente de trabalho positivo no qual as pessoas possam progredir. Apoiamos a diversidade e a inclusão, o que conduz a uma maior satisfação pessoal, levando as pessoas a envolverem-se mais com o negócio e com a organização. As nossas Pessoas são a nossa vantagem competitiva mais forte.*

Na base do Modelo Estratégico da Alliance Healthcare encontra-se a motivação de sermos o distribuidor farmacêutico com a mais elevada qualidade de serviço do mercado. Este Modelo Estratégico está assente em quatro grandes e importantes conceitos, sendo que tudo começa nas Pessoas (motivadas, empenhadas, formadas, competentes, habilitadas).

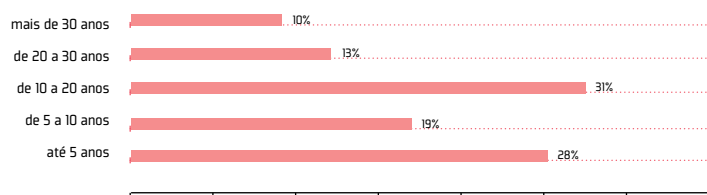
As nossas pessoas detêm o know how e experiência consolidada, resultantes de um elevado conhecimento dos mercados onde operamos e desafiam-se constantemente no sentido de incorporar a inovação, iniciativa e vontade de marcar a diferença que nos caracteriza.

Para tal é crucial o conhecimento profundo da população que constitui a Alliance Healthcare.

Contamos com equipas diversificadas, constituídas por profissionais de diferentes idades que podem aportar experiências pessoais e profissionais variadas.



Somos uma organização que valoriza a experiência acumulada, mas também novas ideias, novas abordagens, "novo sangue". Contamos com equipas diversificadas, constituídas por profissionais de diferentes idades que podem aportar experiências pessoais e profissionais variadas. Só desta forma, acreditar poder liderar o setor, garantindo sempre inovação, iniciativa e vontade de marcar a diferença.



DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO DE ANTIGUIDADE

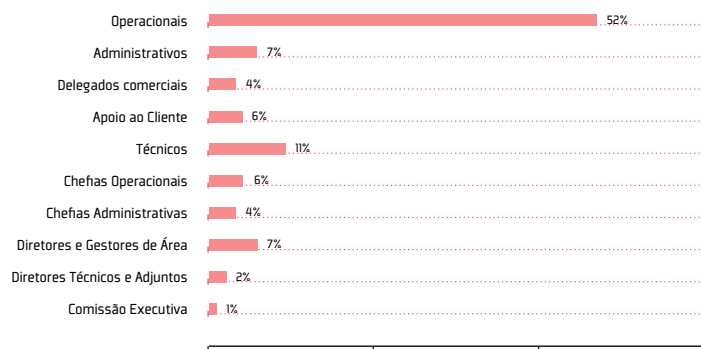
A estabilidade dos nossos colaboradores é visível no elevado índice de trabalhadores com vínculo permanente com a empresa.

Promovemos a igualdade de oportunidades entre sexos e recusamos qualquer tipo de discriminação.

Promovemos também o desenvolvimento dos nossos colaboradores fomentando o seu desenvolvimento académico e apoiando colaboradores com o regime de trabalhador-estudante.

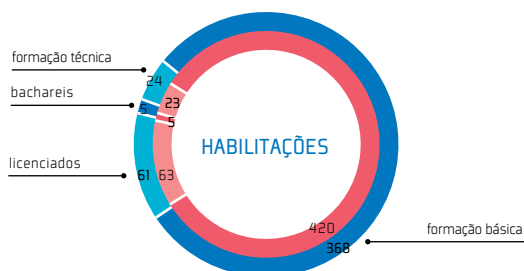
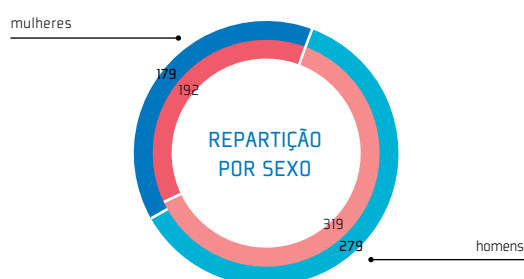
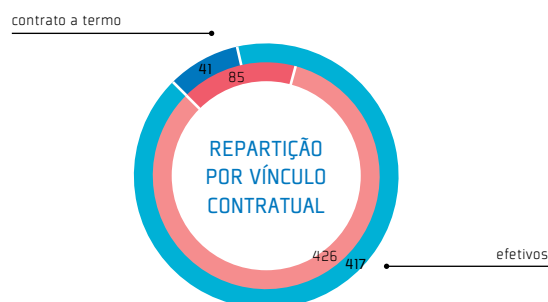
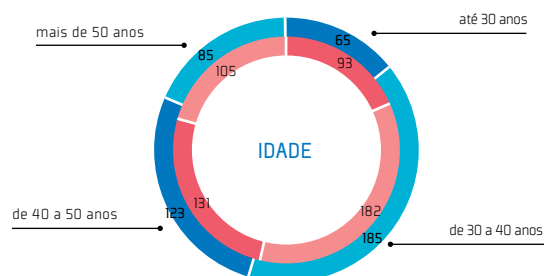
No final de 2011, a Alliance Healthcare integrava 458 colaboradores, dos quais 4 eram mestres, 57 eram licenciados, 5 eram bacharéis e 24 possuíam formação técnica específica.

A concentração da nossa força de trabalho está nas funções operacionais. São estas que diariamente suportam a atividade core da Alliance Healthcare.



DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO FUNCIONAL

2011 2010



NORMA

“INVESTORS IN PEOPLE”

Em 2011, com o objetivo de dar resposta às importantes alterações do mercado e contribuir para o significativo impacto positivo na rentabilidade da organização, adotamos a Norma *Investors In People*. Esta norma consiste numa ferramenta de desenvolvimento organizacional criada para aumentar a performance empresarial através das suas Pessoas. A implementação de um conjunto de boas práticas de gestão de recursos humanos permite ligar os resultados da empresa à performance das Pessoas suportada no princípio base de que as Pessoas têm direitos e deveres.

Trata-se de uma importante alteração na forma como a Empresa e as suas Pessoas se relacionam, passando obrigatoriamente por transformar a visão que ambas as partes têm uma da outra.

Desta forma, é possível obter o melhor das nossas Pessoas e, em troca, possibilitar boas condições de trabalho, projeto de carreira, formação orientada para a melhoria dos indicadores da empresa e do desenvolvimento das Pessoas, premiar o mérito, promover a igualdade de oportunidades, entre outros.

A certificação *Investors In People* é, pois, uma ferramenta de gestão que potencia a melhoria do desempenho da empresa através da aposta no desenvolvimento das suas Pessoas.

GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

A gestão por competências está na base da estratégia de Gestão de Recursos Humanos da Alliance Healthcare, pois, tendo sempre presente os Valores da Empresa (Parceria, Confiança, Serviço, Iniciativa e Disponibilidade), são as competências que suportam os processos de recrutamento e seleção, de indução de novos colaboradores, de gestão de desempenho, de formação, de desenvolvimento de carreira, de

reconhecimento, de planos de sucessão.

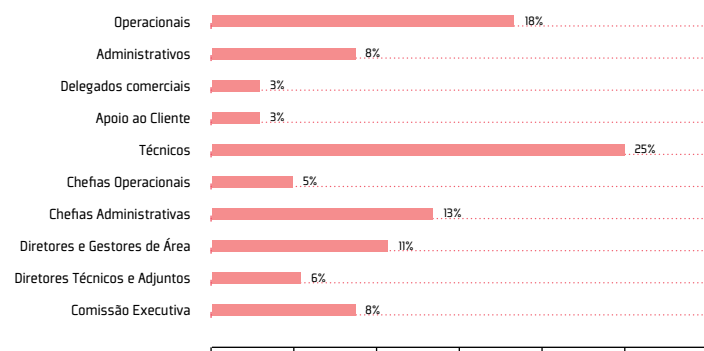
Neste âmbito, consideramos que a divulgação de oportunidades internas é um exemplo a seguir e uma forma de investirmos no crescimento profissional dos nossos colaboradores, que através de planos de acolhimento centrados numa aprendizagem global e não apenas focada na área de trabalho específica investimos no compromisso com a organização como um todo e que um sistema de gestão de desempenho assente em objetivos e competências, que permita comparar resultados esperados com resultados alcançados, permite identificar os gaps existentes e as respetivas necessidades de desenvolvimento individual. Por fim, com uma gestão por competências promovemos a cultura do reconhecimento e do mérito, estimulamos a responsabilidade e o desenvolvimento das nossas pessoas de forma transparente e criamos uma linguagem comum, o que nos permite mobilizar os colaboradores em torno dos objetivos estratégicos da empresa e que nos levará, consequentemente, à melhoria da qualidade do serviço prestado.

FORMAÇÃO

Principais Projectos de Formação e Desenvolvimento 2011	Volume de Formação %
Business Innovation Workshop	2%
Ciclo Performance Vendas – O Processo de Influência	0%
Entrepreneurial Management	6%
Feedback 360°	4%
Integração e Acolhimento	7%
Gestão de Tempos	2%
Higiene, Segurança e Ambiente	27%
Inglês de Negócios	4%
Alterações ao Código Laboral	0%
Novo Acordo Ortográfico	3%
Movimentação Mecânica de Cargas	20%
Pivotal – Sistema de Gestão de Reclamações	7%
Train the Trainer para formadores de Pivotal	1%
Outros Projectos	17%

Na organização contamos com um grupo de profissionais com competências adequadas que asseguram a formação contínua da restante equipa e a formação de integração e acolhimento dos novos elementos.

Tipo de Formação	Volume de Formação %
Externa	42%
Interna	58%



VOLUME DE FORMAÇÃO POR GRUPO FUNCIONAL

PROCESSO-CHAVE

Na base da nossa estratégia está a convicção que pessoas motivadas, formadas e produtivas dão qualidade de serviço, o que por sua vez se transforma em satisfação do cliente, traz desenvolvimento sustentado para a Empresa e, neste conjunto, gera-se valor para os acionistas e para as pessoas.

Desta forma, o processo-chave do Recursos Humanos é Formar, Desenvolver, Qualificar e Motivar os Colaboradores e Manter um Ambiente de Trabalho seguro.

Assim, em 2011 foram implementados diversos mecanismos de planeamento, acompanhamento e controlo, como sendo Fatores Críticos de Sucesso na Gestão de Recursos Humanos: reporte rigoroso de informação, controlo de horas extraordinárias, registo de ações de formação, informação de saídas por iniciativa do colaborador, através de entrevistas de saída, controlo do absentismo, gestão e controlo de tempos.

07

RESPONSABILIDADE SOCIAL



■ *A intervenção responsável sobre as comunidades em que nos inserimos, o respeito e a intervenção sobre a preservação do meio ambiente, a adoção de práticas de mercado transparentes e ética e a manutenção de práticas laborais que respeitem os melhores padrões são os vetores fundamentais da política de responsabilidade social da Alliance Healthcare.*

Enquadrados em cada um destes vetores, levamos a cabo em 2011 diversas iniciativas, das quais se destacam:

AMBIENTE

O controlo dos impactos ambientais relacionados com a atividade, são uma preocupação da Alliance Healthcare. Sabemos que exercemos impactos sobre o meio ambiente em que vivemos, e temos implementada uma política ambiental e de consciencialização dos colaboradores orientada para a aplicação de boas práticas ambientais.

A política ambiental da Alliance Healthcare tem como principal objetivo a redução dos impactos ambientais relacionados com a sua atividade, através da diminuição do consumo de recursos naturais e correto tratamento e reciclagem dos seus resíduos.

Nesse âmbito foram delineados objetivos de performance ambiental, designadamente quanto ao consumo de energia elétrica, de combustível e de água, quanto à triagem e tratamento dos resíduos gerados na nossa atividade.

Os resultados da política de controlo dos seus impactos ambientais, traduziram-se numa redução de 15% de consumo direto de combustível e mantendo os consumos elétricos e de água estabilizados.

Através de um programa de gestão de rotas de distribuição, propusemo-nos a otimizar os percursos de distribuição e a reduzir o número de quilómetros percorridos pelas nossas viaturas na entrega de encomendas aos clientes, economizando combustível e reduzindo os impactos ambientais relacionados com as emissões poluentes.

Em 2011 foram geradas cerca de 360 toneladas de resíduos não perigosos para o ambiente, que foram devidamente segregados e encaminhados para centros de reciclagem. Foram ainda tratadas e neutralizadas, em condições ambientais adequadas, 7 toneladas de resíduos de medicamentos e produtos de farmácia. No decurso da nossa colaboração com o projeto VALORMED para a recolha de medicamentos usados procedemos à recolha de 31.000 contentores.

LOCAL DE TRABALHO

A atuação da Alliance Healthcare assenta no estabelecimento de relações laborais transparentes e éticas, garantindo práticas de não discriminação (baseadas em sexo, idade ou raça) e rejeição de procedimentos tais como contratação de menores ou recurso a trabalho infantil quer diretamente quer através de terceiros.

Cumprimos com as obrigações legais inerentes a uma relação laboral e disponibilizamos toda a informação necessária para que os nossos colaboradores sintam o seu local de trabalho como um espaço de confiança, respeito e de estabelecimento de relações fortes e duradouras.

COMUNIDADE

Durante 2011, mantivemos a nossa parceria com duas instituições de solidariedade social, a Novo Futuro e a Laço.

a) Novo Futuro - Lares de crianças e jovens



A Novo Futuro tem como missão criar lares familiares para apoiar crianças e jovens em risco, dando preferência a grupos de irmãos, sem distinção de idade, sexo, raça ou religião.

Com o objetivo de abrir e financiar o mais recente lar em Manique, a Novo Futuro organizou um concerto solidário intitulado “Ar de Rock” que contou com grandes nomes da música portuguesa e que foi um grande sucesso. A Alliance Healthcare como um dos patrocinadores desta iniciativa, convidou alguns dos seus clientes a estarem presentes.

Todos os anos a Novo Futuro organiza uma feira de solidariedade, a “Rastrillo”, o seu principal evento anual de angariação de fundos. Este evento contou com o apoio da nossa equipa comercial Norte que organizou um grupo de voluntários para ajudar na feira. Com a sua experiência de vendas, foram certamente uma mais-valia para a Novo Futuro.

Durante a nossa Reunião de Excelência, um evento anual que contou com a participação dos colaboradores de todas as empresas do Grupo, organizámos um Bar Solidário cuja receita, através da venda de rifas em troca de bebidas, reverteu a favor da Novo Futuro.

b) Laço



A Laço é uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de ter um impacto significativo na prevenção, diagnóstico e tratamento do cancro da mama no nosso país. Com a deteção preco-

ce e o tratamento adequado, a possibilidade de cura é de cerca de 90%, tornando a informação e as ações de sensibilização para o rastreio de elevada importância.

Em 2011 oferecemos à Laço dois computadores portáteis para utilização nos seus workshops na comunidade, que têm sido cada vez mais frequentes.

Na sequência da iniciativa que decorreu em 2010, pela importância que representou para a Laço e o seu impacto na comunidade em geral, a Alliance Healthcare organizou novamente em 2011, em parceria com a Laço, workshops para as farmácias clientes em mais 4 cidades, subordinados ao tema “Laços na Comunidade – a Farmácia ao Serviço da Comunidade” onde se abordou o programa de rastreio da mama e a importância da deteção precoce. Em 2011, estas formações contaram com 336 participantes. Com estas iniciativas, visamos promover a divulgação, por parte das farmácias junto dos seus utentes, da importância da deteção precoce como meio de redução da taxa de mortalidade desta doença. É de realçar que o conteúdo destas formações foi acreditado pela Ordem dos Farmacêuticos, sendo por isso uma mais-valia para os nossos clientes.

Em regime de voluntariado, continuamos a disponibilizar os serviços de uma colaboradora que assume a responsabilidade de Secretária da Assembleia Geral e Secretária da Direção da Laço.

No mês de outubro, mês do cancro da mama, realizamos o já habitual Dia Cor De Rosa à Quarta-feira, quando os colaboradores são convidados a vestirem uma peça de roupa cor de rosa para promover a sensibilização para esta doença.

OUTROS



No âmbito da parceria ao nível do Grupo Alliance Boots com a *European Organisation for the Research and Treatment of Cancer*, a maior organização europeia que desenvolve investigação sobre todos os tipos de cancro, organizámos internamente o sorteio de um iPhone 4 com vista à angariação de fundos para esta instituição.



Os toners usados nos armazéns e escritórios da empresa são entregues para reciclagem, cujo valor reverte a favor da Fundação do Gil. Promovemos assim, em simultâneo a defesa do ambiente e o apoio à comunidade.



De igual modo, recolhemos todos os telemóveis em fim de vida, que são entregues para reciclagem a favor da AMI.

MERCADO

Foram analisados e avaliados os documentos existentes de regulamento interno com o intuito de elaborar um documento mais abrangente, o Código de Conduta e de Ética Empresarial da Alliance Healthcare. Este Código de Conduta e de Ética Empresarial é uma parte integrante de boa gestão da Empresa que exige elevadas e consistentes normas de comportamento empresarial. O Código estabelece a ética, princípios e normas que têm que ser consistentemente garantidos e que toda a empresa deverá adotar e aplicar em todas as suas atividades.

Será anualmente reavaliado, revisto e atualizado pela equipa de Responsabilidade Social e pelo Comité Executivo da Alliance Healthcare, sempre que se justifique, para ter em consideração desenvolvimentos, alterações e as melhores práticas.

08

PROJETOS FUTUROS

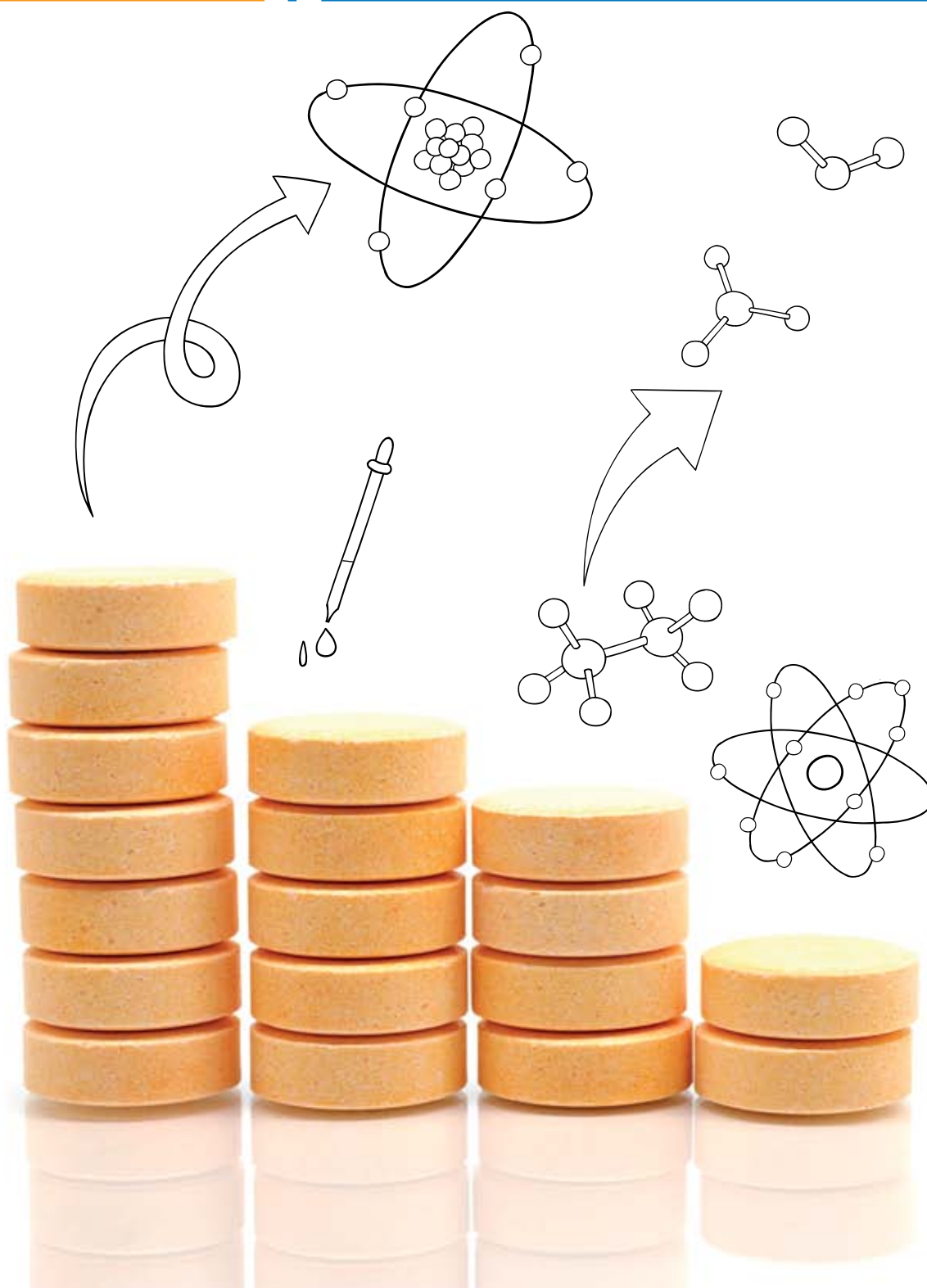


■ *Concluída a reorganização da estrutura operacional e organizacional, o ano de 2012 irá representar um ano importante para o futuro da Alliance Healthcare na medida em que serão implementadas medidas que irão permitir à empresa um maior alinhamento interno e com as necessidades dos seus clientes, promovendo o seu sucesso, destacando-se:*

- Adaptar a compreensão das necessidades dos clientes a programas e ações que permitam satisfazer de forma clara as suas expectativas;
- Promoção de um ambiente onde as Pessoas se sintam motivadas e com acesso a formação, tornando-as mais produtivas aumentando assim a qualidade de serviço prestado aos clientes;
- Garantir que a estrutura comercial se encontra totalmente focada nas vendas, alimentando uma relação comercial forte e diferenciada com os clientes;
- Desenvolvimento dos meios e serviços informáticos necessários ao desenvolvimento da atividade, garantindo um serviço de excelência ao seu cliente interno;
- Melhoria significativa do serviço prestado às farmácias;
- Continuar a gestão de certificações que garantam a implementação e manutenção de boas práticas empresariais.

09

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



As propostas de aplicação dos resultados constam das demonstrações financeiras individuais e são as seguintes:

	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS LEGAIS	TRANSFERÊNCIA PARA RESULTADOS TRANSITADOS	DIVIDENDOS DOS ACIONISTAS
Alliance Healthcare, S.A.	-1.432.761		-1.432.761	
Alliance Healthcare, SGPS, Lda	-489.498		-489.498	
Almus, Lda	-841.653		-841.653	
Alloga, Lda	293.479		293.479	
Proconfar, S.A.	256.013	12.800	243.213	

Valores em Euros

10

NOTA
FINAL



O sucesso do Grupo Alliance Healthcare, enquadrado num ambiente onde somos constantemente confrontados com novos desafios e onde os recursos e as competências da organização são permanentemente testados, deve-se sobretudo à confiança e determinação de todos aqueles que connosco caminham na construção de um projeto de excelência, tornando-nos um elo vital na cadeia do medicamento.

O nosso agradecimento,

- a todos os colaboradores do Grupo Alliance Healthcare, pela sua dedicação e paixão pelo serviço aos clientes;
- aos nossos acionistas, pela confiança e apoio constante na condução dos desígnios do Grupo Alliance Healthcare;
- aos nossos clientes, pela sua preferência e contributo na melhoria contínua do nosso serviço;
- a todos os nossos parceiros de negócio, pela partilha das suas competências na criação conjunta de valor.

Porto, 30 de março de 2012

O Conselho de Administração

João Cordeiro
Ornella Barra
Fernando Melo
Nuno Lopes
Terence Scicluna

11

CONTAS
CONSOLIDADAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	18.477.777	19.372.543
Goodwill	9	6.392.741	6.628.857
Ativos intangíveis	8	1.344.343	1.227.386
Participações financeiras - outros métodos		2.494	2.494
Outros ativos financeiros	12	33.153.396	36.347.217
Ativos por impostos diferidos	10	3.011.794	1.508.266
		62.382.545	65.086.763
Ativo corrente			
Inventários	11	43.231.617	51.117.271
Clientes	12	105.188.772	127.176.627
Estado e outros entes públicos	18	2.330.433	2.632.931
Outras contas a receber	12	1.505.963	2.315.351
Diferimentos	13	602.602	377.663
Outros ativos financeiros		7.500	-
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	3.970.258	11.536.820
		156.837.145	195.156.663
TOTAL DO ATIVO		219.219.690	260.243.426
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	2.500.000	2.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	55.937.241	55.937.241
Prêmios de emissão	14	8.843.687	8.843.687
Reservas legais	14	869.118	769.118
Outras reservas	14	(12.502.004)	(12.502.004)
Resultados transitados		23.887.967	21.873.520
		79.536.009	77.421.562
Resultado líquido do exercício		(1.393.040)	8.350.347
		78.142.969	85.771.909
Interesses minoritários		3.360.174	3.441.944
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		81.503.143	89.213.853
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	16	5.228.370	4.307.398
Financiamentos obtidos	17	19.681.116	30.470.434
Passivos por impostos diferidos	10	114.736	115.901
Outras contas a pagar	17	188.788	224.023
		25.213.010	35.117.756
Passivo corrente			
Fornecedores	17	51.285.024	66.750.146
Estado e outros entes públicos	18	416.397	511.667
Financiamentos obtidos	17	54.763.631	59.809.049
Outras contas a pagar	17	5.946.651	8.145.571
Diferimentos		10.970	338.884
Passivos financeiros detidos para negociação	17	80.864	356.500
		112.503.537	135.911.817
TOTAL DO PASSIVO		137.716.547	171.029.573
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		219.219.690	260.243.426

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
Vendas e serviços prestados	19	531.069.344	628.556.426
Subsídios à exploração	15	35.657	48.275
Trabalhos para a própria entidade		88.468	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(489.606.176)	(580.065.083)
Fornecimentos e serviços externos	20	(15.560.484)	(15.025.152)
Gastos com o pessoal	21	(14.126.596)	(14.883.535)
Imparidade de inventários [(perdas)/reversões]	11	(52.326)	(858.507)
Imparidade de dívidas a receber [(perdas)/reversões]	12	(7.693.316)	(549.816)
Provisões [(aumentos)/reduções]	16	(790.171)	151.161
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações [(perdas)/reversões]	9	(125.000)	(1.030.065)
Outros rendimentos e ganhos	23	567.620	129.388
Outros gastos e perdas	23	(1.338.819)	(592.405)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.468.201	15.880.687
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização	22	(2.831.266)	(2.167.660)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis [(perdas)/reversões]	6	169.589	(73.378)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(193.476)	13.639.649
Juros e rendimentos similares obtidos	24	2.884.009	1.853.290
Juros e gastos similares suportados	24	(4.027.047)	(2.923.486)
Resultado antes de impostos		(1.336.514)	12.569.453
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	229.204	(3.574.291)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.107.310)	8.995.162
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(1.393.040)	8.350.347
Interesses minoritários		285.730	644.815
		(1.107.310)	8.995.162
Resultado por ação básico		(2,79)	16,70

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - 1 DE JANEIRO DE 2010		2.500.000	55.937.241	8.843.687
Alterações no exercício				
Resultado líquido do exercício				
Resultado integral				
Operações com detentores de capital no exercício				
Distribuições				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
		-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010		2.500.000	55.937.241	8.843.687
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - 1 DE JANEIRO DE 2011		2.500.000	55.937.241	8.843.687
Alterações no exercício				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
		-	-	-
Resultado líquido do exercício				
Resultado integral				
Operações com detentores de capital no exercício				
Distribuições				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
		-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011		2.500.000	55.937.241	8.843.687

RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
581.835	(12.502.004)	19.004.360	12.115.810	3.164.629	89.645.558
			8.350.347	644.815	8.995.162
			8.350.347	644.815	8.995.162
			(9.059.367)	(367.500)	(9.426.867)
187.283		2.869.160	(3.056.443)		-
187.283	-	2.869.160	(12.115.810)	(367.500)	(9.426.867)
769.118	(12.502.004)	21.873.520	8.350.347	3.441.944	89.213.853
769.118	(12.502.004)	21.873.520	8.350.347	3.441.944	89.213.853
					-
-	-	-	-	-	-
			(1.393.040)	285.730	(1.107.310)
			(1.393.040)	285.730	(1.107.310)
			(6.235.900)	(367.500)	(6.603.400)
100.000		2.014.447	(2.114.447)		-
100.000	-	2.014.447	(8.350.347)	(367.500)	(6.603.400)
869.118	(12.502.004)	23.887.967	(1.393.040)	3.360.174	81.503.143

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ. 2011	31 DEZ. 2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		576.931.610	681.344.117
Pagamentos a fornecedores		(543.627.472)	(650.646.704)
Pagamentos ao pessoal		(9.071.928)	(9.704.112)
Caixa gerada pelas operações		24.232.210	20.993.301
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.394.151)	(5.315.142)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.547.105)	(3.350.770)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		20.290.954	12.327.389
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.093.040)	(3.103.670)
Ativos intangíveis		(370.400)	(421.965)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		2.875.276	1.843.903
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(588.164)	(1.681.732)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		581.971.868	660.629.043
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(598.492.108)	(657.167.121)
Juros e gastos similares		(4.674.464)	(3.481.572)
Dividendos		(6.603.400)	(9.426.868)
Outras operações de financiamento		(360.077)	(221.462)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(28.158.181)	(9.667.980)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(8.455.391)	977.677
Efeito das diferenças de câmbio			
Variação de perímetro		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.721.596	6.743.919
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(733.795)	7.721.596

Valores expressos em Euros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Alliance Healthcare, S.A. (“Empresa” ou “Alliance Healthcare”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 6 de dezembro de 1991 e tem a sua sede social no Porto.

A Empresa é a empresa-mãe de um conjunto de empresas descritas na Nota 9 (“Grupo”).

A atividade principal do Grupo consiste na distribuição e comércio de produtos farmacêuticos.

Em 31 de dezembro de 2007, como resultado da aquisição de uma participação financeira e da constituição de duas outras, a Empresa passou a estar obrigada a apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2012. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa e suas subsidiárias, bem como a sua posição consolidada e desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Concentrações de atividades empresariais e princípios de consolidação

(i) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Alliance Healthcare e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias, por forma a alinhar as suas políticas contabilísticas com as adotadas pelo Grupo.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias correspondente a interesses de terceiros (minoritários) nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente, são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações posteriores no capital próprio das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos interesses minoritários excedem os correspondentes interesses no capital próprio

da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

(ii) Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicável, o custo da concentração ou aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente goodwill.

Os ativos, passivos e responsabilidades contingentes da subsidiária ou negócio adquirido que satisfazem as condições de reconhecimento definidas na NCRF 14 são reconhecidos ao seu justo valor na data da aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, o Grupo relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

(iii) Goodwill

O goodwill é mensurado como o excesso do custo da concentração de atividades empresariais relativamente ao interesse adquirido no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecidos na sequência da concentração.

O goodwill é reconhecido como um ativo na data em que é adquirido controlo. Subsequentemente, o goodwill não é amortizado, sendo, contudo, sujeito a testes de imparidade com, pelo menos, uma periodicidade anual.

Para efeitos de testes de imparidade, o goodwill é imputado às unidades geradoras de caixa adquiridas ou às unidades geradoras de caixa já detidas pelo Grupo que beneficiam das sinergias resultantes da operação de concentração. As unidades geradoras de caixa às quais foi imputado o goodwill são sujeitas a testes de imparidade anuais ou mais frequentes (na eventualidade de existir alguma indicação de que a unidade possa estar em imparidade). Se a quantia recuperável da unidade geradora de caixa for inferior à correspondente quantia escriturada, a perda por imparidade daí resultante é inicialmente imputada à quantia escriturada do goodwill, sendo a parte remanescente imputada proporcionalmente aos restantes ativos da unidade geradora de caixa. Perdas por imparidade imputadas ao goodwill não podem ser objeto de reversão subsequente.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, para cada grupo de bens:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 16

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revisados anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os investimentos em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/montagem, encontrando-se registados ao custo de aquisição, o qual engloba custos com empréstimos obtidos.

O ganho (ou a perda) resultante da venda ou abate de ativos fixos tangíveis é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, sendo reconhecido na rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais", conforme aplicável.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente por software, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual está compreendido entre 3 e 6 anos.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

É reconhecida uma perda por imparidade sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável a qual consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A imparidade é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio caso em que tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que estas já não existem ou diminuíram, sendo esta análise efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo dos inventários inclui os descontos obtidos dos fornecedores diretamente atribuíveis à aquisição dos mesmos, nomeadamente os creditados posteriormente à compra, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

São registadas perdas por imparidade em inventários para refletir a diferença entre o seu valor de custo e o respetivo valor líquido de realização na data do balanço, nos casos em que este seja inferior. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas / reversões)".

Na rubrica "Inventários" estão também registadas as devoluções de produtos farmacêuticos aos laboratórios, enquanto se aguarda a emissão da respetiva nota de crédito, uma vez que, embora uma parte destes inventários possam já não se encontrar nas instalações da Empresa, esta retém a maioria dos riscos e benefícios associados à posse dos mesmos.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado:

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade, as quais são estimadas de acordo com critérios de índole econômica definidos pelo Conselho de Administração das Empresas.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem acordos de regularização de dívida de clientes a mais de um ano, são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registrados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os empréstimos encontram-se registrados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados:

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juros afetos à cobertura do risco de taxa de juro nos empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, os prazos de vencimento dos juros e os prazos de reembolso dos mesmos são similares às condições estabelecidas nos "swaps" de taxa de juro contratados.

Todavia, dado que de acordo com os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, o instrumento de cobertura se revela ineficaz e, portanto, não pode ser registado de acordo com a contabilização de cobertura, a variação no seu justo valor é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da demonstração dos resultados, na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

(iii) Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos

após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

Consequentemente, no caso de saldos de clientes titulados por letras e cheques pré-datados descontados e não vencidos à data do balanço, pelo facto do Grupo ter retido substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer os mesmos nas suas demonstrações financeiras, na rubrica de "Clientes", registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária do seu desconto até ao momento do seu efetivo recebimento.

3.9 Rédito e especialização dos exercícios

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito é reconhecido na demonstração de resultados, deduzido do montante de devoluções, descontos

e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos, pelo Conselho de Administração, que afetam as divulgações, as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data

de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade do goodwill;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- Estimativa dos descontos a receber de fornecedores na data de relato;
- Estimativa dos descontos a conceder a clientes na data de relato.

3.11 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração consolidada dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no lucro tributável das empresas incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedu-

tíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data em que se prevê a reversão das diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis), com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.12 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação

ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.15 Especialização dos exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos", conforme aplicável.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	2011	2010
Numerário	7.840	12.236
Depósitos bancários	3.962.418	11.524.584
	3.970.258	11.536.820
Outras disponibilidades		
Descobertos bancários (Nota 17)	(4.704.053)	(1.953.534)
Linhas de crédito de curto prazo (Nota 17)	-	(1.861.690)
	(4.704.053)	(3.815.224)
	(733.795)	7.721.596

Valores expressos em Euros

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:	2.942.384	9.793.971	17.211.928	579.310	5.018.126	777.330	775.949	37.098.998
Saldo inicial	-	6.476	155.909	79.133	408.545	98.297	945.176	1.693.536
Aquisições	-	(241.328)	(1.009.161)	(16.188)	(326.780)	(24.210)	(124.913)	(1.742.580)
Alienações e abates	-	888.685	501.409	92.132	77.736		(1.559.962)	-
Transferências								
	2.942.384	10.447.804	16.860.085	734.387	5.177.627	851.417	36.250	37.049.954
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	-	(3.398.116)	(9.443.225)	(491.184)	(3.821.492)	(572.438)	-	(17.726.455)
Amortizações do exercício	-	(602.614)	(1.209.359)	(45.310)	(373.261)	(110.460)	-	(2.341.004)
Reversão de perdas por imparidade do exercício	-	169.589	-	-	-	-	-	169.589
Alienações e abates	-	62.927	942.917	16.188	294.718	8.943	-	1.325.693
Transferências	-	-	1.280	(1.280)	-	-	-	-
	-	(3.768.214)	(9.708.387)	(521.586)	(3.900.035)	(673.955)	-	(18.572.177)
Ativos Líquidos	2.942.384	6.679.590	7.151.698	212.801	1.277.592	177.462	36.250	18.477.777

Valores expressos em Euros

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:								
Saldo inicial	2.942.384	9.715.833	12.698.075	574.955	4.386.266	651.952	1.927.659	32.897.124
Aquisições	-	75.898	210.514	4.355	469.657	125.408	3.943.714	4.829.546
Alienações e abates	-	-	(466.548)	-	(146.929)	-	(14.195)	(627.672)
Transferências	-	2.240	4.769.887	-	309.132	(30)	(5.081.229)	-
	2.942.384	9.793.971	17.211.928	579.310	5.018.126	777.330	775.949	37.098.998
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	-	(2.987.324)	(8.928.306)	(455.430)	(3.592.137)	(505.385)	-	(16.468.582)
Amortizações do exercício	-	(337.414)	(981.467)	(35.754)	(374.867)	(67.053)	-	(1.796.555)
Perdas por imparidade do exercício	-	(73.378)	-	-	-	-	-	(73.378)
Alienações e abates	-	-	466.548	-	145.512	-	-	612.060
	-	(3.398.116)	(9.443.225)	(491.184)	(3.821.492)	(572.438)	-	(17.726.455)
Ativos Líquidos	2.942.384	6.395.855	7.768.703	88.126	1.196.634	204.892	775.949	19.372.543

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2011, os aumentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis dizem essencialmente respeito à aquisição de:

- Estantes fixas e dinâmicas;
- Equipamento de comunicação de voz e dados;
- Equipamento informático;
- Projeto "track and trace";
- Construção de instalações;
- Equipamento básico;
- Diverso mobiliário.

A perda por imparidade no montante de 120.000 Euros, registada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica de edifícios e outras construções, dizia respeito às obras realizadas no armazém de Aveiro da Alliance Healthcare, cujo contrato de arrendamento foi resolvido antecipadamente (1 de março de 2011), e relativamente às quais a Empresa não foi ressarcida pelo proprietário do referido imóvel. No exercício findo em 31 de dezembro

de 2011 a referida imparidade foi revertida na sequência do abate dos respetivos bens.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registada uma reversão de perda por imparidade, referente à mesma rubrica, no montante de 49.589 Euros (46.622 em 31 de dezembro de 2010) resultante da atualização da avaliação do imóvel da participada Alloga.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ascenderam a 2.341.004 Euros (1.796.555 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), e encontram-se registadas na rubrica da demonstração dos resultados "[Gastos]/reversões de depreciação e de amortização" (Nota 22).

7. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados com edifícios e equipamento, os quais se encontram denominados em Euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

CONTA/BEM	VALOR DE CUSTO 31 DEZ. 2011	AMORTIZAÇÃO 2011	VALOR LÍQUIDO 31 DEZ. 2011	VALOR LÍQUIDO 31 DEZ. 2010
Terrenos e recursos naturais / Armazéns Pico d'Água	262.500	-	262.500	262.500
Edifícios e outras construções / Armazéns Pico d'Água	787.500	(42.248)	745.252	761.250
Equipamento básico / Automatização	1.939.971	(711.323)	1.228.648	1.422.645
Equipamento administrativo / "Call Centre"	407.444	(50.795)	356.649	239.583
Equipamento de transporte / Viaturas	38.384	(28.788)	9.596	19.192
	3.435.799	(833.154)	2.602.645	2.705.170

Valores expressos em Euros

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem detalhar-se como se segue:

PRAZO	31 Dez. 2011	31 Dez. 2010
A menos de 1 ano (Nota 17)	438.627	379.769
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos (Nota 17)	1.294.424	1.550.385
A mais de 5 anos (Nota 17)	486.692	556.506
	2.219.743	2.486.660

Valores expressos em Euros

A Empresa utiliza diversos escritórios e armazéns através de contratos de locação operacional, os quais consideram prazos que variam entre os 6 meses e os 15 anos (de acordo com o período inicialmente contratado), com opção de renovação. Todos estes contratos são canceláveis mediante aviso prévio e as rendas são atualizadas anualmente, com base em indicadores da inflação e/ou de mercado, com exceção de um contrato de prestação de serviços que a Empresa celebrou com uma entidade relacionada (JUTAI – Sociedade Imobiliária, S.A.), que inclui a afetação de um espaço físico no Edifício ANF (situado no Porto) destinado ao exercício da sua atividade comercial na zona norte do país, composto por um armazém e escritórios. Este contrato tem um prazo de 15 anos, não podendo ser parcial ou totalmente resolvido pela Empresa durante o período contratual que estiver em curso, sob pena de se constituir na obrigação de pagar uma indemnização equivalente ao montante das remunerações vincendas até ao termo do período contratual em causa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os pagamentos mínimos de locações operacionais são detalhados como se segue:

PRAZO	31 Dez. 2011	31 Dez. 2010
A menos de 1 ano	1.795.548	287.210
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	6.227.075	65.351
A mais de 5 anos	13.999.608	-
	22.022.231	352.561

Valores expressos em Euros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos gastos com locações operacionais, na rubrica da demonstração dos resultados “Fornecimentos e serviços externos”, conforme se segue:

CLASSIFICAÇÃO	2011	2010
Edifícios	2.184.086	916.841
Viaturas	1.134.612	1.255.329
Outros	66.802	102.590
	3.385.500	2.274.760

Valores expressos em Euros

A remuneração que a Empresa pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de 1.557.630 Euros, no âmbito do contrato de prestação de serviços acima referido, encontra-se refletida na rubrica de trabalhos especializados [Nota 20].

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:			
Saldo inicial	3.309.216	5.270	3.314.486
Aquisições	599.066	8.153	607.219
Transferências	13.423	(13.423)	-
	3.921.705	-	3.921.705
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	(2.087.100)	-	(2.087.100)
Amortizações do exercício	(490.262)	-	(490.262)
	(2.577.362)	-	(2.577.362)
	1.344.343	-	1.344.343

Valores expressos em Euros

2010	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:			
Saldo inicial	3.041.898	426.211	3.468.109
Aquisições	277.888	52.664	330.552
Alienações e abates	(484.175)	-	(484.175)
Transferências	473.605	(473.605)	-
	3.309.216	5.270	3.314.486
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	(2.200.170)	-	(2.200.170)
Amortizações do exercício	(371.105)	-	(371.105)
Alienações e abates	484.175	-	484.175
	(2.087.100)	-	(2.087.100)
	1.222.116	5.270	1.227.386

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2011, os aumentos ocorridos nos ativos intangíveis dizem essencialmente respeito a investimentos relacionados com a aquisição de Sistemas de informação.

As amortizações do exercício, no montante de 490.262 Euros [371.105 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010], foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “[Gastos]/reversões de depreciação e de amortização” (Nota 22).

9. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

9.1 Investimentos em subsidiárias

Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa apresentava as seguintes subsidiárias:

SUBSIDIÁRIA	SEDE	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO	
		2011	2010
Alliance Healthcare Participações SGPS Unipessoal, Lda.	Porto	100%	100%
Alloga Portugal - Armazenagem e Distribuição Farmacêutica, Lda.	Lisboa	100%	100%
Almus, Lda.	Porto	100%	100%
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	Ponta Delgada	51%	51%

Estas entidades foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os principais indicadores dos seus investimentos em subsidiárias são como segue:

SUBSIDIÁRIAS	SEDE	% DETIDA	2011		% DETIDA	2010	
			CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO		CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO
Alliance Healthcare Participações SGPS Unipessoal, Lda.*	Porto	100%	6.300.127	(375.102)	100%	6.675.230	(754.001)
Alloga Portugal - Armazenagem e Distribuição Farmacêutica, Lda.*	Lisboa	100%	2.763.355	293.479	100%	2.469.877	707.631
Almus, Lda.*	Porto	100%	(582.725)	(841.653)	100%	(1.161.072)	(1.202.801)
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.*	Ponta Delgada	51%	6.314.242	505.242	51%	6.559.002	1.350.883

Valores expressos em Euros

* Demonstrações financeiras provisórias e pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos sociais.

Interesses minoritários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no capital próprio é conforme se segue:

SUBSIDIÁRIA	SALDO EM 2011	SALDO EM 2010
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	3.360.174	3.441.944
	3.360.174	3.441.944

Valores expressos em Euros

9.2 Goodwill

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada do goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

RUBRICA	2011	2010
Ativo bruto:		
Saldo inicial	8.382.858	8.382.858
Aquisições (correção)	(111.116)	-
Saldo final	8.271.742	8.382.858
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	1.754.001	723.936
Perdas de imparidade do exercício	125.000	1.030.065
Saldo final	1.879.001	1.754.001
Valor líquido	6.392.741	6.628.857

Valores expressos em Euros

O goodwill em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

ENTIDADE	ANO DE AQUISIÇÃO	MONTANTE	PERDAS DE IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS	2011 QUANTIA ESCRITURADA	2010 QUANTIA ESCRITURADA
Alloga Portugal - Armazenagem e Distribuição Farmacêutica, Lda.	2007	6.404.304	125.000	1.879.000	4.525.304	4.761.420
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	2009	1.867.437	-	-	1.867.437	1.867.437
Saldo final			125.000	1.879.000	6.392.741	6.628.857

Valores expressos em Euros

No decurso do exercício, o Grupo procedeu à avaliação da quantia recuperável do goodwill (testes de imparidade), tendo identificada uma perda por imparidade no montante de 125.000 Euros relativamente ao goodwill gerado na aquisição da Alloga (1.030.065 Euros em 31 de dezembro de 2010). Os montante de tal perda foi registado na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações [(perdas)/reversões]".

Para efeitos de testes de imparidade, o goodwill foi imputado às seguintes unidades geradoras de caixa:

	2011	2010
Unidades geradoras de caixa		
Serviços logísticos de armazenagem	6.404.304	6.515.421
Distribuição farmacêutica - Açores	1.867.437	1.867.437
	8.271.741	8.382.858

Valores expressos em Euros

Serviços logísticos de armazenagem

A quantia recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinada com base no seu valor de uso, calculado com base em projeções de fluxos de caixa assentes em orçamentos aprovados pela Administração que cobrem um período de 4 anos e mais 6 anos de projeções. Foi utilizada uma taxa de desconto de 9,84% (8,02% em 2010).

As projeções de fluxos de caixa referidas assentam nos seguintes pressupostos:

- Margem bruta: crescimento anual de -8% no ano 1, devido a uma redução de atividade que se prevê que venha a ocorrer, de 3% do ano 2 até ao ano 4 e de 2% do ano 5 até ao ano 10;
- Evolução dos preços de venda, dos custos e da inflação: crescimento anual de 0% no ano 1, de 3% do ano 2 até ao ano 4 e de 2% do ano 5 até ao ano 10;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 2%.

Distribuição farmacêutica - Açores

A quantia recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinada com base no seu valor de uso, calculado com base em projeções de fluxos de caixa assentes em orçamentos aprovados pela Administração que cobrem um período de 4 anos e mais 6 anos de projeções. Foi utilizada uma taxa de desconto de 9,85% (7,50% em 2010).

As projeções de fluxos de caixa referidas assentam nos seguintes pressupostos:

- Margem bruta: crescimento anual de -5% no ano 1, devido a uma redução das margens que se prevê que venha a ocorrer, de 4% do ano 2 e no ano 3 e de 2% do ano 4 até ao ano 10;
- Evolução dos preços de venda, dos custos e da inflação: crescimento anual de 2%;
- Quota de mercado: constante;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 2%.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 que não se encontrem cobertas pelas provisões entretanto constituídas (Nota 16).

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Alliance Healthcare é abrangida, desde janeiro de 2011, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (REGTS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na Consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo. O REGTS engloba todas as empresas do Grupo com exceção da subsidiária Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.. Para a empresa não abrangida pelo regime, o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da referida empresa.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES NA DR 2011	OPERAÇÕES NA DR 2010
Imposto corrente do exercício	(942.499)	(3.493.433)
Imposto de anos anteriores		
Excesso/([insuficiência]) de estimativas	(980)	313.447
Gastos com desreconhecimento de pagamentos especiais por conta prescritos	(60.905)	-
Impostos diferidos		
Ativos por impostos diferidos reconhecidos no exercício		
com origem em diferenças temporárias	2.460.823	957.228
Ativos por impostos diferidos reconhecidos no exercício		
com origem em prejuízos fiscais acumulados	-	157.763
Ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a diferenças temporárias	(1.020.058)	(1.107.101)
Ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a prejuízos fiscais	(78.210)	(107.067)
Passivos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a diferenças temporárias	1.165	-
Ajustamentos de conversão POC - SNC		
Ativos por impostos diferidos reconhecidos no exercício		
com origem em diferenças temporárias	-	218.784
Ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a diferenças temporárias	(130.132)	(513.912)
	1.171.703	(80.858)
Gasto com impostos sobre o rendimento	229.204	(3.574.291)

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2010, foi introduzido um novo imposto ("Derrama estadual"), o qual implica um agravamento da taxa de imposto em 2,5 p.p. mas apenas na parte do lucro tributável que exceda 2.000.000 Euros. Face a esta alteração, a Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 passou a registar os impostos diferidos à taxa de 28,5% (valor entre os 26,5% de imposto e os 29% do imposto a aplicar à parte dos lucros acima dos 2.000.000 Euros), por considerar ser uma taxa aproximada à taxa à qual a Empresa reverterá as suas diferenças temporárias.

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2012, foram introduzidas alterações ao cálculo da "Derrama Estadual", nomeadamente no sentido do seu agravamento. Contudo, face ao lucro tributável expectável para os próximos exercícios, considerou-se que a taxa de 28,5% utilizada em 2010 continuava a ser adequada, razão pela qual não se efetuou qualquer alteração.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Diferenças temporárias que originaram o registo de ativos por impostos diferidos no exercício:		
Prejuízos fiscais acumulados	318.210	631.050
Outras provisões	702.480	-
Ajustamentos em inventários	833.962	-
Amortizações extraordinárias em edifícios	251.782	-
Ajustamentos de consolidação não aceites fiscalmente	-	99.868
Perdas de imparidade para contas a receber	6.955.118	3.379.211
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão POC-SNC e outros	1.728.619	1.550.058
	10.790.171	5.660.187
Ativos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	79.553	157.763
Outras provisões	200.207	-
Ajustamentos em inventários	211.796	-
Amortizações extraordinárias em edifícios	71.758	-
Ajustamentos de consolidação não aceites fiscalmente	-	17.686
Perdas de imparidade para contas a receber	1.977.063	926.008
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão POC-SNC e outros	471.417	406.809
	3.011.794	1.508.266
Diferenças temporárias que originaram o registo de passivos por impostos diferidos no exercício:		
Avaliação ao justo valor do imobilizado da Proconfar (Nota 9)	655.632	662.292
	655.632	662.292
Passivos por impostos diferidos		
Avaliação ao justo valor do imobilizado da Proconfar	114.736	115.901
	114.736	115.901

Valores expressos em Euros

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	1.508.266	1.903.736
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais acumulados	(78.210)	50.696
Outras provisões	200.207	-
Ajustamentos em inventários	211.796	-
Amortizações extraordinárias em edifícios	71.758	-
Ajustamentos de consolidação não aceites fiscalmente	(17.686)	(16.609)
Perdas de imparidade para contas a receber	1.051.055	(136.113)
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão POC-SNC e outros	64.608	(415.734)
Alteração da taxa de imposto (26,5% para 28,5%)		122.290
Saldo final	3.011.794	1.508.266

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os prejuízos fiscais reportáveis gerados pelas subsidiárias ascendiam respetivamente a 1.068.949 Euros e 1.381.789 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
	MONTANTE DATA	MONTANTE DATA
Gerados pela Alloga		
2006	- 2012	26.155 2012
2007	153.075 2013	439.760 2013
2008	165.135 2014	165.135 2014
	318.210	631.050
Gerados pela Almus		
2008	8.271 2014	8.271 2014
2010	742.468 2014	742.468 2014
	750.739	750.739

Valores expressos em Euros

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011			2010		
NATUREZA	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	MONTANTE LÍQUIDO
Mercadorias						
Produtos farmacêuticos	44.329.128	(1.578.472)	42.750.656	51.915.697	(1.510.326)	50.405.371
Produtos de consumo	589.137	(164.543)	424.594	846.165	(180.364)	665.801
Outros	56.367	-	56.367	46.099	-	46.099
	44.974.632	(1.743.015)	43.231.617	52.807.961	(1.690.690)	51.117.271

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011, as existências devolvidas e as existências a aguardar devolução a laboratórios, em virtude de ter expirado o prazo de validade dos medicamentos, por questões de ordem técnica ou devido a diminuições de preços, encontram-se registradas na rubrica de "Inventários" e ascendem a 3.581.553 Euros (6.342.688 Euros em 31 de dezembro de 2010).

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado como se segue:

	2011	2010
Existências iniciais	52.807.961	46.835.090
Variação do perímetro (Nota 9.2)	-	-
Compras	481.772.847	586.037.954
Existências finais	(44.974.632)	(52.807.961)
Custo do exercício	489.606.176	580.065.083

Valores expressos em Euros

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

					2011
	SALDO INICIAL	VARIAÇÃO DO PERÍMETRO	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Inventários					
Mercadorias	1.690.690	-	919.403	(867.078)	1.743.015
	1.690.690	-	919.403	(867.078)	1.743.015

Valores expressos em Euros

					2010
	SALDO INICIAL	VARIAÇÃO DO PERÍMETRO	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Inventários					
Mercadorias	832.183	-	939.893	(81.386)	1.690.690
	832.183	-	939.893	(81.386)	1.690.690

Valores expressos em Euros

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários ((perdas)/reversões)".

12. ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhadas conforme se segue:

	2011			2010		
	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
Disponibilidades						
Caixa	7.840	-	7.840	12.236	-	12.236
Depósitos à ordem	3.962.418	-	3.962.418	11.524.584	-	11.524.584
	3.970.258	-	3.970.258	11.536.820	-	11.536.820
Ao custo amortizado - corrente						
Clientes c/c e c/ letras	112.370.079	(7.181.307)	105.188.772	130.323.424	(3.146.797)	127.176.627
Outras contas a receber	1.631.317	(125.354)	1.505.963	2.372.819	(57.468)	2.315.351
	114.001.396	(7.306.661)	106.694.735	132.696.243	(3.204.265)	129.491.978
Ao custo amortizado - não corrente						
Estado e outros entes públicos	3.686.454	(1.843.227)	1.843.227	3.686.454	(1.843.227)	1.843.227
Clientes de cobrança duvidosa	16.086.267	(15.882.688)	203.579	12.652.161	(12.256.689)	395.472
Clientes c/c e c/ letras	31.320.511	(213.921)	31.106.590	34.357.518	(249.000)	34.108.518
	51.093.232	(17.939.836)	33.153.396	50.696.133	(14.348.916)	36.347.217
	169.064.886	(25.246.497)	143.818.389	194.929.196	(17.553.181)	177.376.015

Valores expressos em Euros

Clientes e outras contas a receber – ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano em prazos que variam entre 2 e 8 anos.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos”, classificado como não corrente, diz respeito a montantes pagos às Autoridades Fiscais para os quais é entendimento da Empresa que os mesmos lhes serão reembolsados (Nota 16).

Outras contas a receber – ativo corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

ATIVO CORRENTE	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.131.233	1.369.551
Outros devedores	500.084	1.003.268
Perdas por imparidade acumuladas	(125.354)	(57.468)
	1.505.963	2.315.351

Valores expressos em Euros

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a serviços a faturar relativos à prestação de serviços à IMS – International Market Services, no montante de 480.000 Euros (545.000 Euros em 31 de dezembro de 2010), bem como a descontos a obter no montante de 515.223 Euros (593.323 Euros em 31 de dezembro de 2010).

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com ativos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros - método da taxa de juro efetiva [Nota 24]	2.397.807	1.254.068
Perdas por imparidade líquidas	(7.693.316)	(549.816)
	(5.295.509)	704.252

Valores expressos em Euros

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas de dívidas a receber no montante de 7.693.316 Euros (549.816 Euros em 31 de dezembro de 2010).

13. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Seguros pagos antecipadamente	99.269	92.042
Rendas pagas antecipadamente	4.895	45.312
Peças sobressalentes	225.402	-
Outros	273.036	240.309
	602.602	377.663

Valores expressos em Euros

Nesta rubrica estão incluídas peças sobressalentes, adquiridas pela Empresa no seguimento da reorganização da sua plataforma logística na zona norte. Este valor vai sendo reconhecido em resultados pelo consumo das peças, através da sua incorporação nos equipamentos a que se destinam.

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, no montante de 2.500.000 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 500.000 ações com um valor nominal de 5 Euros, cada.

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

Capital	
Valor nominal	2.500.000
Prémios de emissão	8.843.687
	11.343.687

Valores expressos em Euros

Os prémios de emissão de ações só podem ser utilizados na cobertura de prejuízos que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de outros instrumentos de capital próprio refere-se a prestações acessórias, as quais não vencem juros e foram concedidas pelas três acionistas, em montantes proporcionais à sua participação no capital social da Empresa, como a seguir se descremina:

	2011	2010
Alliance Boots Group Ltd.	27.409.248	27.409.248
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	27.409.248	27.409.248
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	1.118.745	1.118.745
	55.937.241	55.937.241

Valores expressos em Euros

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a reserva legal ascendia a 869.118 Euros e a 769.118 Euros respetivamente.

Outras reservas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras reservas” não apresentou qualquer movimento.

Distribuições

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas, como segue:

Dividendos:	
Alliance Boots Group Ltd.	3.055.591
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	3.055.591
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	124.718
	6.235.900
Reservas legais	100.000
Resultados transitados	2.014.447
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	8.350.347

Valores expressos em Euros

15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2011	2010
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	33.056	37.891
Outros	2.601	10.384
	35.657	48.275

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os valores recebidos, destinaram-se essencialmente a subsidiar gastos incorridos pelo grupo com a formação profissional dos seus colaboradores, tendo sido reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

CONTAS					2011
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
Outras provisões	4.307.398	920.972	-	-	5.228.370

Valores expressos em Euros

CONTAS					2010
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
Outras provisões	4.458.559	-	(151.161)	-	4.307.398

Valores expressos em Euros

O incremento de 920.972 Euros registado nesta rubrica no exercício de 2011 está relacionado com: (i) processo de reestruturação da Empresa em curso e (ii) regularização de devoluções. Para além deste valor está incluído também nesta rubrica da demonstração de resultados o montante de 130.801 Euros relativos à reversão da imparidade em pagamentos por conta de IRC da subsidiária Alloga [Nota 16].

As contas fiscais consolidadas apresentadas pela Alliance UniChem Portuguesa, SGPS, Lda. (sociedade entretanto fusionada na Empresa), foram sujeitas a inspeção tributária relativamente ao exercício de 1993, tendo sido efetuadas correções à matéria coletável, no valor de 4.758.691 Euros. Dado o desacordo da Empresa quanto ao fundamento das referidas correções, foi apresentado oportunamente o respetivo pedido de impugnação tributária. No final do exercício de 2002 e no decurso do processo de amnistia fiscal implementado pelo Governo, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados a este processo, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- Pagamento do imposto liquidado no valor de 3.249.166 Euros, relativo aos exercícios de 1993 a 1998;
- Manutenção do processo de impugnação, atualmente sob apreciação em tribunal;
- Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Em 2003, no âmbito do mesmo processo, foi igualmente pago pela Empresa o montante de 437.288 Euros relativo ao exercício de 1999.

Em virtude do Conselho de Administração da Empresa entender que existem possibilidades de êxito no recurso interposto, decidiu registar, em exercícios anteriores, os montantes pagos (3.686.454 Euros) às Autoridades Fiscais na rubrica do ativo não corrente "Outros ativos financeiros - Estado e outros entes públicos" e proceder a um ajustamento de 50% daquele montante [Nota 12].

Durante os exercícios de 2004 a 2011, a Empresa foi sujeita a inspeções tributárias aos exercícios de 2000 a 2007, no âmbito das quais foram recebidas liquidações adicionais em sede de IRC, no montante total de, aproximadamente, 10.470.000 Euros, dos quais:

- 7.000.000 Euros relativos, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efetuados nos exercícios de 2000 a 2002, para as quais, embora a Empresa esteja em desacordo com a Administração Fiscal no que respeita aos fundamentos das correções propostas (posição corroborada pelos seus consultores legais e fiscais), constituiu uma provisão no montante de, aproximadamente, 4.000.000 Euros para fazer face a tais riscos;

(ii) 2.870.000 Euros referentes ao exercício de 2004 (a qual foi recebida durante o exercício de 2008) relativa à não aceitação como operação neutra fiscalmente, da fusão invertida entre a Empresa e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda. apurando, consequentemente, uma mais-valia fiscal dessa operação; o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa pelo que apresentou uma impugnação judicial relativamente à referida liquidação adicional. Deste modo, não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo;

(iii) 600.000 Euros relativos ao exercício de 2007 (recebida no início de 2011), com origem no apuramento de mais-valias fiscais resultantes do alegado exercício do direito de opção de compra do edifício da sede no âmbito de um contrato de locação operacional. Não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo, dado que o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2011	2010
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	13.216.208	12.488.147
EDP – Electricidade de Portugal	2.075	29.059
Câmara Municipal de Sintra	25.000	25.000
BP Portuguesa	12.678	12.678
Tribunal do Trabalho	5.422	5.422
F. Lima, S.A. – Amadora	199.519	199.519
Ministério da Defesa Nacional	15.000	-
	13.475.902	12.759.825

Valores expressos em Euros

17. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

FORNECEDORES	2011	2010
Fornecedores c/c	51.151.975	65.402.210
Fornecedores c/ facturas em receção e conferência	133.049	1.347.936
	51.285.024	66.750.146

Valores expressos em Euros

OUTRAS CONTAS A PAGAR – CORRENTE	2011	2010
Pessoal	158.164	144.115
Fornecedores de investimentos	630.534	1.830.865
Credores por acréscimos de gastos	5.157.723	6.169.736
Outros credores	230	855
	5.946.651	8.145.571

Valores expressos em Euros

OUTRAS CONTAS A PAGAR – NÃO CORRENTE	2011	2010
Outros credores	188.788	224.023
	188.788	224.023

Valores expressos em Euros

A rubrica "Credores por acréscimo de gastos", em 31 de dezembro de 2011 e 2010, detalha-se como se segue:

CREDORES POR ACRÉSCIMO DE GASTOS	2011	2010
Descontos a conceder	3.278.190	4.073.060
Férias e subsídios de férias a pagar	1.534.301	1.508.220
Outros	345.232	588.456
	5.157.723	6.169.736

Valores expressos em Euros

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhados como se segue:

	31 DEZ. 2011			31 DEZ. 2010				
	MONTANTE UTILIZADO			MONTANTE UTILIZADO				
	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	VENCIMENTO	TIPO DE AMORTIZAÇÃO
Instituições financeiras:								
Papel comercial:								
Papel comercial	7.700.000	1.400.000	6.300.000	8.600.000	-	8.600.000	2016	prazo de emissão
Papel comercial	12.000.000	-	11.000.000	12.000.000	-	12.000.000	2013	prazo de emissão
Papel comercial	16.500.000	16.500.000	-	28.500.000	23.500.000	-	2014	prazo de emissão
Papel comercial	12.000.000	12.000.000	-	12.000.000	12.000.000	-	2014	prazo de emissão
Papel comercial	4.000.000	-	-	5.000.000	-	-	2013	prazo de emissão
	52.200.000	29.900.000	17.300.000	66.100.000	35.500.000	20.600.000		
Empréstimos bancários:								
Empréstimo	7.727.276	7.727.276	-	15.454.547	7.727.273	7.727.274	2012	semestral
Empréstimo	750.000	150.000	600.000	-	-	-	2016	trimestral
Conta caucionada	20.500.000	5.970.000	-	6.750.000	4.361.690	-	2012	n.a.
	28.977.276	13.847.276	600.000	22.204.547	12.088.963	7.727.274		
Outros empréstimos obtidos:								
Descoberto bancário	17.400.000	4.704.053	-	30.400.000	1.953.534	-	renovável	n.a.
Letras descontadas	15.877.900	5.698.842	-	24.620.099	9.470.919	-	renovável	n.a.
Locação financeira (Nota 7)	827.592	65.321	762.271	891.212	64.507	826.705	2023	mensal
Locação financeira (Nota 7)	1.151.043	224.771	926.272	1.372.381	222.463	1.149.918	2015	mensal
Locação financeira (Nota 7)	241.108	148.535	92.573	223.067	92.799	130.268	2013	mensal
	35.497.643	10.841.522	1.781.116	57.506.759	11.804.222	2.106.891		
	116.674.919	54.588.798	19.681.116	145.811.306	59.393.185	30.434.165		
Ajustamento custo amortizado	-	174.833	-	-	415.864	36.269		
	116.674.919	54.763.631	19.681.116	145.811.306	59.809.049	30.470.434		

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de "Papel Comercial" classificada como não corrente decorre de contratos de emissão de papel comercial para os quais existe garantia de emissão a mais de um ano, e em que não existe um direito unilateral de denúncia do contrato por parte da entidade bancária.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a parcela classificada como não corrente relativa a “Papel comercial” e “Empréstimos bancários” tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2011	2010
Papel comercial		
2013	12.400.000	12.000.000
2014	1.400.000	-
2015	1.400.000	-
2016	2.100.000	8.600.000
	17.300.000	20.600.000
Empréstimos bancários		
2012	-	7.727.274
2016	600.000	-
	600.000	7.727.274

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Financiamentos obtidos”, considera empréstimos no montante global de 7.727.276 Euros. Um dos empréstimos, no montante de 6.727.276 Euros, foi contratado em agosto de 2005 pela Alliance Healthcare, vence juros semestrais à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de mercado, e é reembolsável em prestações semestrais e sucessivas até agosto de 2012. Os restantes 1.000.000 Euros, referem-se a um empréstimo bancário contraído junto do BES, o qual vence juros semestrais à taxa Euribor a 6 meses acrescida de uma margem de mercado.

Adicionalmente, foi contratado um “swap” de taxa de juro, para limitar a taxa de juro efetiva do empréstimo de 6.727.276 Euros aos 3,37%, exceto se a Euribor exceder os 4,75% até 28 de fevereiro de 2009 ou 5,00% a partir dessa data; nesse caso a taxa de juro efetiva passará a ser Euribor a 6 meses deduzida de 10 p.b.. O derivado contratado, embora com o objetivo de cobertura de risco de taxa de juro, não cumpre os requisitos definidos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros para contabilização de cobertura, pelo que se encontra reconhecido ao justo valor com variações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o justo valor do derivado era negativo no montante de 80.864 Euros (356.500 Euros em 31 de dezembro de 2010) o qual se encontra registado na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação”, e o rendimento líquido reconhecido pela variação do seu justo valor, no montante líquido de 275.636 Euros (160.121 Euros de gasto líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), encontra-se refletido na rubrica da demonstração dos resultados “Juros e gastos similares suportados” (Nota 24).

As restantes dívidas a instituições de crédito estão expressas em Euros e vencem juros a taxas de mercado.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

ATIVO CORRENTE	2011	2010
Imposto sobre o Valor Acrescentado	773.455	1.318.448
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Estimativa de imposto sobre o lucro (Nota 10)	(942.499)	(3.493.433)
Pagamentos por conta	2.426.223	4.578.431
Retenções na fonte	83.541	76.738
Imposto a recuperar	(10.287)	152.747
	2.330.433	2.632.931

Valores expressos em Euros

PASSIVO CORRENTE	2011	2010
Imposto sobre o valor acrescentado	63.772	69.909
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Retenções na fonte	115.410	148.940
Segurança Social	235.689	272.338
Restantes impostos	1.526	20.480
	416.397	511.667

Valores expressos em Euros

No exercício de 2010 a rubrica de "IRC - Pagamentos por conta" do ativo corrente inclui o montante de 130.801 Euros relativos à imparidade em pagamentos por conta da subsidiária Alloga, os quais foram revertidos durante o exercício de 2011 na rubrica de "Provisões" da demonstração de resultados.

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

CATEGORIA	2011	2010
Vendas	523.823.527	620.858.946
Prestação de serviços	7.245.817	7.697.480
Juros obtidos (Nota 24)	2.397.807	1.254.068
	533.467.151	629.810.494

Valores expressos em Euros

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços por mercado, durante os exercícios de 2011 e 2010, distribui-se como segue:

2011	VENDAS	DESCONTOS CONCEDIDOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
Mercado Interno	522.949.068	(25.271.153)	6.099.586	503.777.501
Mercado Externo	26.145.612	-	1.146.231	27.291.843
TOTAL	549.094.680	(25.271.153)	7.245.817	531.069.344

Valores expressos em Euros

2010	VENDAS	DESCONTOS CONCEDIDOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
Mercado Interno	612.292.732	(28.161.594)	6.733.463	590.864.601
Mercado Externo	36.727.808	-	964.017	37.691.825
TOTAL	649.020.540	(28.161.594)	7.697.480	628.556.426

Valores expressos em Euros

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Trabalhos especializados	3.793.496	2.323.538
Publicidade e propaganda	527.287	547.763
Vigilância e segurança	290.568	244.035
Conservação e reparação	331.327	736.898
Assistência técnica	610.755	676.105
Material de escritório	239.023	237.320
Eletricidade	473.171	374.088
Combustíveis	708.160	794.788
Deslocações e estadas	234.216	239.686
Transporte de mercadorias	5.054.697	4.495.180
Portagens	108.065	120.395
Rendas e alugueres	1.827.870	2.274.760
Comunicação	469.674	723.556
Seguros	272.748	259.060
Limpeza, higiene e conforto	183.460	166.078
Outros	435.967	811.902
	15.560.484	15.025.152

Valores expressos em Euros

O aumento registado na rubrica de trabalhos especializados está relacionado com o facto de a remuneração que a Empresa pagou no exercício de 2011, no valor de 1.557.630 Euros, no âmbito do contrato de prestação de serviços associados à utilização de espaço e outros serviços do imóvel ANF sito no Porto, referido na Nota 7, se encontrar refletida nesta rubrica. Este mesmo motivo originou uma diminuição na rubrica de rendas e alugueres.

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	638.769	726.955
Remunerações do pessoal	8.436.762	9.667.325
Indemnizações	1.864.725	1.003.477
Encargos sobre remunerações	1.875.357	2.047.115
Seguros de acidentes de trabalho	66.196	74.626
Gastos de ação social	66.394	66.921
Outros gastos com o pessoal	1.178.393	1.297.116
	14.126.596	14.883.535

Valores expressos em Euros

O número médio de empregados ao serviço do Grupo durante o exercício de 2011 foi de 495 (541 durante o exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos a pagar ao pessoal ascendem a 158.164 Euros (144.115 Euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 17). A responsabilidade relativamente a férias, subsídios de férias e prémios que se vencem para pa-

gamento ao pessoal em 2012 era de 1.534.301 Euros em 31 de dezembro de 2011 (1.508.220 Euros em 31 de dezembro de 2010) [Nota 17].

Os outros gastos com o pessoal englobam, nomeadamente, formação e despesas com trabalho temporário.

22. AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2.341.004	1.796.555
Ativos intangíveis (Nota 8)	490.262	371.105
	2.831.266	2.167.660

Valores expressos em Euros

23. OUTROS GASTOS E PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Impostos	203.767	353.051
Dívidas incobráveis	788.906	53.813
Abates de investimentos não financeiros	240.895	1.069
Outros	105.251	184.472
	1.338.819	592.405

Valores expressos em Euros

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Alienações de investimentos não financeiros	13.501	1.033
Outros	554.119	128.355
	567.620	129.388

Valores expressos em Euros

Na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" estão incluídas correções relativas a exercícios anteriores, no valor de 510.738 Euros, essencialmente relacionadas com o reconhecimento de itens anteriormente registados em contas de acréscimos e diferimentos.

24. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Juros suportados		
Financiamentos bancários	3.169.165	1.997.620
Desconto de títulos	335.595	244.324
Locação financeira	34.403	26.987
Outros	6.531	3.644
Reduções de justo valor de instrumentos derivados (Nota 17)	(275.636)	160.121
Outros gastos de financiamento	756.989	490.790
	4.027.047	2.923.486

Valores expressos em Euros

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com as emissões de papel comercial.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito (Nota 12)	6.333	2.088
Acordos de regularização de dívida (Nota 12)	2.391.474	1.251.980
Outros financiamentos concedidos	-	-
Outros ganhos de financiamento	486.202	599.222
	2.884.009	1.853.290

Valores expressos em Euros

A rubrica “Juros obtidos – Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Empresa aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a Empresa pelo desfasamento temporal no recebimento (Nota 12).

25. PARTES RELACIONADAS

As seguintes pessoas coletivas detêm o capital subscrito da Empresa em 31 de dezembro de 2011:

	2011
Alliance Boots Group Ltd.	49%
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	49%
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	2%

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, constituído pelos membros do Conselho de Administração da Empresa e restantes membros do Comité Executivo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

	COMPONENTE FIXA 2011	COMPONENTE VARIÁVEL 2011	COMPONENTE FIXA 2010	COMPONENTE VARIÁVEL 2010
Conselho de Administração	1.445.130	-	774.902	166.212
Alta Direcção	804.717	-	383.138	72.585
	2.249.847	-	1.158.040	238.797

Valores expressos em Euros

Os valores referentes ao exercício de 2011 incluem indemnizações e compensações pagas pela Empresa no âmbito de rescisão de contratos (Nota 21).

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Consideram-se como partes relacionadas as empresas abaixo referidas, incluídas nas respetivas categorias:

- Empresas – mãe (acionistas)
- Outras partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES 2011	VENDAS DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	COMPRAS DE MERCADORIAS	FORN. SERV. EXTERNOS	DIVIDENDOS RECEB./[PAGOS]	ATIVOS TANGÍVEIS
Empresas mãe						
Alliance Boots Group Ltd.	-	74.071	-	-	(3.055.591)	-
Farinveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	131.539	-	49.435	(3.055.591)	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(124.718)	-
	-	205.610	-	49.435	(6.235.900)	-
Outras partes relacionadas						
Alliance Boots Management Services, Ltd.	-	564.453	-	44.621	-	-
Boots Beauty International	-	-	430.352	-	-	-
Alliance UniChem International Trading	-	-	-	30.895	-	-
Stephar BV	3.664.905	-	-	-	-	-
Glintt Business Solutions, Lda.	-	22.913	-	543.104	-	61.840
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	(70.736)	1.902	-	2.465	-	-
Woodglen Properties, Lda.	-	-	-	242.844	-	-
Alloga – France	-	-	-	24.000	-	-
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	46.244	-	17.698
Glintt Healthcare Solutions	-	-	-	19.800	-	-
RHM – Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	16.440	-	-
HMR – Health Market Research	-	-	-	121.876	-	-
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	4.593	67.956	18.000	-	-
JUTAI – Sociedade Imobiliária	-	-	-	1.694.177	-	-
Imofarma	-	-	-	60.308	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	12.138.081	-	-	-	-	-
	15.732.250	593.861	498.308	2.864.774	-	79.538

(1) Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

TRANSAÇÕES 2010	VENDAS DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	COMPRAS DE MERCADORIAS	FORN. SERV. EXTERNOS	DIVIDENDOS RECEB/(PAGOS)	ATIVOS TANGÍVEIS
Empresas mãe						
Alliance Boots Group Ltd.	-	92.848	-	-	(4.439.090)	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	193.638	-	65.631	(4.439.090)	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(181.187)	-
	-	286.486	-	65.631	(9.059.367)	-
Outras partes relacionadas						
Alliance Boots Management Services, Ltd.	-	626.027	-	18.411	-	-
Boots Beauty International	-	-	385.989	-	-	-
Alliance UniChem International Trading	-	152.400	-	186.885	-	-
Stephar BV	5.591.573	-	-	-	-	-
Glintt Business Solutions, Lda.	-	17.840	-	532.517	-	44.068
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	8.198.113	2.467	-	2.182	-	-
Woodglen Properties, Lda.	-	-	-	242.117	-	-
Alloga – France	-	-	20.913	-	-	-
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	69.459	-	29.126
RHM – Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	10.310	-	-
HMR – Health Market Research	-	-	-	75.251	-	5.000
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	5.171	87.675	14.824	-	-
Imofarma	-	-	-	60.132	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	11.827.923	5.587	-	-	-	-
	25.617.609	809.492	494.577	1.212.088	-	78.194

[1] Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

Para além das transações acima identificadas, não existiram transações com outras entidades relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS 31-12-2011	CONTAS A RECEBER MLP	CONTAS A RECEBER C/P	CONTAS A PAGAR MLP	CONTAS A PAGAR C/P
Empresas – mãe				
Alliance Boots Group Ltd.	-	50.957	-	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	36.011	-	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-
	-	86.968	-	-
Outras partes relacionadas				
Alliance Boots Managements Services, Ltd.	-	2.847	-	-
Stephar BV	-	507.208	-	-
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	-	(79.327)	-	3.032
Boots Beauty International	-	-	-	27.508
Glintt Business Solutions, Lda.	-	7.690	-	86.224
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	6.950
RHM – Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	7.363
HMR – Health Market Research	-	-	-	61.462
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	1.398	-	12.712
JUTAI – Sociedade Imobiliária	-	-	-	238.988
Alliance Santé, S.A.	-	62.273	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	1.720.854	-	-
	-	2.222.943	-	444.239

[1] Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

SALDOS 31-12-2010	CONTAS A RECEBER MLP	CONTAS A RECEBER C/P	CONTAS A PAGAR MLP	CONTAS A PAGAR C/P
Empresas - mãe				
Alliance Boots Group Ltd.	-	55.789	-	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	59.796	-	21.701
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-
	-	115.585	-	21.701
Outras partes relacionadas				
Alliance Boots Services, Ltd.	-	545.000	-	1.816
Stephar BV	-	1.125.826	-	-
Farmacoope - Coop. Nac. de Farmácias	-	548	-	6.198
Boots Beauty International	-	-	-	11.514
Alliance UniChem International Trading	-	15.635	-	-
Glintt Business Solutions, Lda.	-	33.019	-	59.563
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	5.929
RHM - Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	2.145
HMR - Health Market Research	-	-	-	19.335
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	1.258	-	21.902
Woodglen Properties, Lda.	-	58.793	-	-
Alliance Santé, S.A.	-	59.896	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	2.861.248	-	5.175
	-	4.701.223	-	133.577

[1] Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão legal das contas anuais do Grupo Alliance Healthcare ascenderam a 97.500 Euros.

12

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Alliance Healthcare, S.A. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 219.219.690 Euros e um capital próprio de 81.503.143 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.393.040 Euros, as Demonstrações consolidadas dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matriculada C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Altrum Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

Reserva

4. A Empresa mantém registado na rubrica “Activo não corrente - Outros activos financeiros” o montante de 3.686.454 Euros correspondente aos pagamentos efectuados às Autoridades Fiscais no âmbito de uma liquidação adicional, recebida em exercícios anteriores, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). A Empresa, por não concordar com os fundamentos daquela liquidação, impugnou-a judicialmente e registou, em exercícios anteriores, uma perda de imparidade para fazer face a este assunto no montante de, aproximadamente, 1.843.000 Euros (Notas 12 e 16). Adicionalmente, durante os exercícios de 2004 a 2009, a Empresa recebeu liquidações adicionais em sede de IRC, referentes aos exercícios de 2000 a 2006, no montante de, aproximadamente, 7.000.000 Euros, relativas, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efectuados naqueles exercícios. Embora não tenha concordado com os fundamentos das Autoridades Fiscais relativamente àquelas liquidações adicionais e tenha impugnado judicialmente as mesmas, a Empresa procedeu ao registo de uma provisão no montante de, aproximadamente, 4.000.000 Euros (registada em exercícios anteriores) para fazer face aos referidos processos (Nota 16). À data desta Certificação Legal das Contas não obtivemos informação suficiente que nos permitisse concluir quanto ao desfecho daqueles processos fiscais e do impacto dos mesmos, se algum, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Alliance Healthcare, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 30 de Abril de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

13

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Alliance Healthcare, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da Lei e dos Estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - 3.1 o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidadas, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o respectivo Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
 - 3.2 as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - 3.3 o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos;



Escritório Central: Rua Projectada à Rua 3 da Matilha, Bloco A – 1.º C., 1950 – 327 Lisboa. Telefone 21 8614700 | Fax 21 8614799 | www.alliance-healthcare.pt
Sede Social: Rua Eng.ª Ferreira Dias, 772 4149-014 Porto, Contribuinte Nº 502 693 150, Reg. Com. Nº 51991 na Cons. Reg. do Porto Capital Social: 2.500.000 Euros
Alameda: Canto do Galo – E.N. 125, 8135-028 Almaraz, Tel. 289 359500 | Fax. 289 360329
Avenida: Av. Pedro Álvares Cabral, nº 158, Amadim 22-23 3800-553 Gafanha da Nazaré, Tel. 234 369800 | Fax. 234 369899
Castelo Branco: Quilha do Ramal, 6000-128 Castelo Branco, Tel. 272 343112 | Fax. 272 343957
Porto: Rua Eng.ª Ferreira Dias, 772, 4149-014 Porto, Tel. 22 5522400 | Fax. 22 6176023

Vila Real: Rua Visconde de Seixas, Lote 32 Cave, R. A-8, 5000-254 Vila Real, Tel. 259 302770 | Fax. 259 320800
Vila Verde: Bairro de Sta. Eulália, Lote 5 Casa eq. – Repetis, 3500-682 Vila Verde, Tel. 232 420377 | Fax. 232 422824
Lisboa: Rua 3, Lote 1 – Matilha, 1900-823 Lisboa | Tel. 21 8625100 | Fax. 21 8625111

Uma parceria Alliance Boots, Associação Nacional das Farmácias e José de Mello Participações II SGPS



4. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas consolidadas emitida, nos termos da legislação em vigor, pela sociedade de revisores oficiais das contas com o qual concordamos, somos de Parecer que:
- 1º Seja aprovado o Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício de 2011;
 - 2º Sejam aprovadas as Contas Consolidadas (Balanço consolidado, Demonstração dos resultados consolidados por naturezas, Demonstração das alterações no capital próprio consolidadas, Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e respectivo Anexo) relativas ao exercício de 2011.
5. O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração da Alliance Healthcare, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Porto, 30 de Março de 2012

Presidente – Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

Vogal – João Gaspar Lopes Ribeiro

Vogal – Fernando Manuel Magiolo Magarreiro

ESCRITÓRIO CENTRAL

Rua Projectada à Rua 3
Matinha
Bloco A - 1º C
1900-796 Lisboa
Tel 21 8614700
Fax 21 8614799

SEDE

Rua Engenheiro Ferreira Dias, 728 - 3º Piso Sul
4149-014 Porto

www.alliance-healthcare.pt